TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 112ª (CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 777/2015, QUE "DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL PRIVADO DE PASSAGEIROS BASEADO EM TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO EM REDE NO DISTRITO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", EM 3 DE DEZEMBRO DE 2015

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que estas atas são de conhecimento de todos, as atas sucintas da 68ª, 69ª e 70ª, eu peço a V.Exa. que dispense a leitura e dê essas atas como lidas e aprovadas, já que ninguém pediu alteração até este momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. e dou como lidas e aprovadas as atas.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.276, de 2015, de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 3 de dezembro de 2015, fica transformada em comissão geral para debater sobre o Projeto de Lei nº 777, de 2015, que "dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte individual privado de passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede no Distrito Federal e dá outras providências".

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico a V.Exa. que, conforme combinado aqui com o Serginho, ao final da comissão geral, nós retornaremos à sessão ordinária para a leitura do expediente que está a caminho desta Casa.

Se já foi lido, ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu transformei a sessão em comissão geral e convido o nobre Deputado Chico Vigilante para presidir os trabalhos desta comissão. Se chegarem outros documentos – de Deputados ou do governo – que necessitem ser lidos, poderemos retornar à sessão ordinária.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Solicito à Segurança desta Casa que libere a entrada nas galerias e no plenário dos taxistas, dos representantes do Uber e dos integrantes da comunidade que porventura queiram participar.

Já registro de imediato que, daqui a pouco, estará compondo a Mesa o nosso companheiro e Secretário de Mobilidade do Distrito Federal, amigo e conhecido de todos nós aqui, Marcos Dantas.

Suspendo a sessão por 15 minutos.

(Suspensa às 15h25min, a sessão é reaberta às 15h32min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 777,josima de 2015, do Executivo, que "dispõe sobre a regulamentação da prestação do Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal e dá outras providências".

Convido a tomar assento à Mesa os seguintes convidados: o Exmo. Sr. Secretário desta Casa de Leis, membro da Comissão de Defesa do Consumidor e proponente também desta sessão, Deputado Julio Cesar; o Sr. Secretário de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, Marcos Dantas; o Sr. Subsecretário de Serviços da Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal, Roberto Pojo; a Sra. Presidente do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal, Maria do Bonfim Pereira Santana; o Sr. Presidente da Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil, André de Oliveira, que se descolou do Rio de Janeiro para esta audiência pública; e o Sr. Representante da Uber, Daniel Mangabeira.

Pessoal, deixa eu, primeiro, fazer alguns esclarecimentos para vocês. Esse projeto do Executivo foi encaminhado à Câmara Legislativa, e sua tramitação começa exatamente pela Comissão de Defesa do Consumidor, da qual eu sou presidente. Na Comissão de Defesa do Consumidor temos como norma sortear os relatores dos projetos que chegam àquela comissão. Procede-se a um sorteio. Foi sorteado para relatar esse projeto o Deputado Julio Cesar. Portanto, foi a sorte que escolheu o Deputado Julio Cesar para relatar o projeto. Ele começa pela CDC; depois certamente vai para a CEOF; por último, CCJ; e depois tem como destino o plenário.

Nós sabemos que é um projeto que desperta as mais variadas reações. Tem gente que é contra, e tem gente que é a favor. Nós chamamos aqui exatamente os interessados para que possamos debater os prós e os contras. Todos os integrantes da Mesa... Depois vamos abrir ao plenário. Vai ser um número limitado, porque não dá para ouvir todos os integrantes do plenário, mas vamos ter um número bom de pessoas inscritas, que vão colocar as suas opiniões.

O apelo que eu faço é para que essas opiniões sejam colocadas dentro do mais absoluto respeito e que tenhamos tranquilidade de ouvir as pessoas que vão expor as suas opiniões aqui. Aqui neste plenário, não cabem vaias, e aplausos só ao final da fala. Portanto, depois que a pessoa terminar de falar, se vocês quiserem aplaudir, podem aplaudir. Vaiar nunca, até porque estão se debatendo ideias. Aqui não é uma gincana de quem fala mais alto.

Eu tive a oportunidade, Deputado Julio Cesar, Secretário Marcos Dantas, de presidir uma comissão aqui que foi muito tensa, porque nós tivemos a coragem de convidar os vaqueiros – no Distrito Federal, tem bastante vaqueiros – e os defensores dos animais para debatermos aqui nesse plenário da Câmara Legislativa. Convidamos os vaqueiros para provarem que eles não judiam dos bois e os defensores dos animais para dizerem que os vaqueiros agrediam os bois. Fizemos

um debate durante uma tarde inteira e, ao final da tarde, chegamos à conclusão de que todo mundo tinha razão, que não era nem tão ao céu e, muito menos, tão ao inferno, que a maioria dos vaqueiros, realmente, não agride os animais e que os preservadores também querem o bem dos animais. Até porque tem gente dos preservadores que come carne e outros que não comem carne. Portanto, mesmo sendo defensores dos animais, comem a carne dos bichinhos. Foi um debate de alto nível.

Não tenho dúvidas de que, hoje aqui, o debate será de alto nível. Conhecendo como eu conheço os taxistas do Distrito Federal há anos, conhecendo agora os trabalhadores, operadores do Uber, todo mundo vai se respeitar. Ao final, esse debate vai servir para basear o relatório do Deputado Julio Cesar, que depois virá a plenário, e cada deputado vai votar de acordo com a sua consciência e de acordo com o compromisso que tiver com a sua própria consciência.

Então, eu vou passar, inicialmente, ao Deputado Julio Cesar, que é o relator do projeto, para que S.Exa. possa fazer uma saudação. Depois S.Exa. voltará a falar novamente. Depois nós vamos distribuir as falas entre os participantes, começando pelos representantes dos taxistas e pelos representantes do Uber; depois, as autoridades do Governo do Distrito Federal. Até porque eu tenho certeza, Marcão, de que você está com muita vontade de ouvi-los também. Portanto, depois de ouvi-los, a Mesa vai falar, e, em seguida, vamos abrir ao plenário. As pessoas se inscreverão e terão três minutos para falar. Ao final, nós tiraremos as nossas conclusões, que vão embasar o relatório a ser preparado pelo Deputado Julio Cesar.

Antes de passar ao Deputado Julio Cesar, quero registrar a presença do nosso querido amigo Deputado Prof. Israel.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR – Boa tarde a todos. Quero, inicialmente, cumprimentar o Presidente desta comissão geral, Deputado Chico Vigilante; o Deputado Prof. Israel, nosso professor da Casa; o Secretário de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, Marcos Dantas, com quem tive o prazer de praticamente trabalhar aqui por um semestre, quando ele era o articulador político da Casa – é um prazer reencontrá-lo neste momento tão importante, um marco para o Distrito Federal –; o Subsecretário Roberto Pojo; a minha querida amiga e presidente do Sindicato dos Taxistas, Maria do Bonfim Pereira Santana, mais conhecida como Mariazinha; o presidente da Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil, André de Oliveira, e o representante do Uber, Daniel Mangabeira.

Deputado Chico Vigilante, V.Exa. disse que fui sorteado, que tive a sorte de relatar o projeto que chega à Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa. Na verdade, vou ter duas oportunidades de me pronunciar em relação ao Projeto de Lei nº 777, de 2015, na Comissão de Defesa do Consumidor, em que será relatado, e na

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, comissão de que sou membro. Então, por duas ocasiões, vamos ter oportunidade de dar o nosso voto em relação a essa matéria.

Quero dizer que sobre mim pairam muitas dúvidas a respeito desse projeto, motivo pelo qual solicitei, na Comissão de Defesa do Consumidor, a realização desta comissão geral. Acho que realmente devemos ouvir todos os lados. Como fui eleito com aproximadamente 29 mil votos, não posso ter apenas a minha opinião, tenho que ouvir todos os segmentos para chegar a um denominador comum, relatar a matéria e, quando ela chegar a este plenário, dar o meu voto. A gente fica preocupado com os taxistas de Brasília, como vai ficar a situação deles, Acho que é importante a gente ouvir as partes envolvidas. Dizem que o taxista vai ser prejudicado, e quero sair desta comissão geral com a certeza de que isso não ocorrerá. Se eu vir que eles serão prejudicados, certamente meu voto será contrário a esse projeto.

Portanto, acho importante hoje ouvirmos todos os lados para, como muito bem disse o Deputado Chico Vigilante, ao final, termos a nossa linha de condução desse processo. Também tenho algumas perguntas a fazer ao Secretário de Mobilidade, Marcos Dantas, no decorrer desta reunião.

Essas são minhas saudações iniciais. Sejam todos bem-vindos à Câmara Legislativa. Continuemos nosso debate!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Deputado Julio Cesar, Relator desse projeto.

Passo a palavra ao presidente da Associação de Assistência aos Motoristas de Táxi do Brasil, Sr. André de Oliveira, que disporá de 10 minutos. O senhor poderá falar da Mesa ou da tribuna, como achar melhor.

SR. ANDRÉ DE OLIVEIRA - Boa tarde. Eu queria saudar a Mesa e agradecer a oportunidade de estar aqui para debater essa matéria tão polêmica.

Pouca gente se aprofunda, de fato, nessa chamada inovação tecnológica para conhecer realmente o seu significado. Preparei, aguardando só a técnica liberar as imagens, uma pequena apresentação, para que os nobres Deputados conheçam um pouquinho mais... (Pausa.)

SR. ANDRÉ DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, para que não haja prejuízo da comissão, será que a gente poderia fazer uma inversão e passar a palavra para a Mariazinha? Ela faz a explanação dela e, em seguida, retornamos a minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Combinado.

Passamos a palavra à Mariazinha.

SRA. MARIA DO BONFIM PEREIRA SANTANA – Uma boa tarde a todos.

Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Vigilante, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa.

Prezados senhores, companheiros taxistas, aplicativo de celular não é nenhuma novidade e já foi discussão em diversos países e na Câmara dos Deputados também. Muitas audiências públicas já aconteceram.

Eu trouxe aqui, Deputado Chico Vigilante, uma das audiências públicas que foi muito marcante: a audiência pública do dia 28 de outubro de 2015, Anexo II, Plenário 8, às 10 horas, na Comissão de Defesa do Consumidor. Três requerimentos foram aprovados, Deputado. Houve até votação nesse dia, nessa audiência pública. Requerimento apresentado pelo Deputado Celso Russomanno que requereu à comissão, à Secretaria Nacional de Defesa a suspensão temporária do aplicativo Uber, com base na Lei do Consumidor, artigo 39, VIII. Foi apresentado também o Requerimento nº 76, que determinou ao Ministério Público representação para qualquer tipo de serviço com a emissão do respectivo cupom fiscal para os motoristas vinculados ao aplicativo. Apresentou-se o último requerimento, Deputado, nº 77, de 2015, que envia ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica a representação para averiguar a prática de infrações à ordem econômica pelo aplicativo Uber. Nesse dia, Deputado, dezesseis Deputados votaram na Comissão de Defesa do Consumidor; dez aprovaram os requerimentos do Deputado Celso Russomanno, seis foram contrários. Quero passar isso a suas mãos na hora em que eu chegar à Mesa.

Pois bem, gente, esse aplicativo tem sido um problema. Na França, houve protesto de taxistas, brigas, e foi abolido. Na Holanda foi abolido também, está ilegal. Na Tailândia não possui licença nem seguro – tem um tipo de um seguro lá, está legalizado. Na Espanha não funciona. Na Alemanha – em Berlim –, aconteceu como em Portugal, ficou na ilegalidade. O companheiro Leopoldo, da COOBRÁS – Cooperativa dos Condutores Autônomos de Brasília, esteve em Portugal e verificou que demorou muito para essa situação ser resolvida. Esse aplicativo chegou da forma que chegou, e hoje está concorrendo na clandestinidade. E muitos dos companheiros taxistas estão prejudicados. Na Cidade do México, esse aplicativo foi legalizado, mas está havendo... O trânsito... Nada na mobilidade melhorou, e está havendo um conflito que não tem resolvido nada. O mesmo pode acontecer aqui no Brasil, gente.

Em audiência pública na Câmara Federal, estava o companheiro Mangabeiras, aqui presente. Ele falou assim: "Analisei muito como ia chegar esse aplicativo aqui no Brasil". E ele chegou, rapaz. Chegou e está aí, nessa situação. Em Brasília, no dia 26 de fevereiro, ele se instalou aqui na nossa capital com o nome de UberBlack. Serviam água, cafezinho, gentileza, balinha. Enfim, vem rodando. Em 21 de agosto de 2015, para piorar ainda mais essa situação, foi lançado o aplicativo

chamado de UberX. Em cidades do DF – Samambaia, Taguatinga, etc. –, instalaram também o UberX.

Gente, isso é ilegalidade, a meu ver. Nós temos aqui pareceres jurídicos, Deputado, do renomado Celso Antônio de Mello, dizendo que é inconstitucional. Estão aqui. Temos também um parecer do Ministério Público de São Paulo, da 6ª Promotoria de Defesa do Consumidor, Eduardo Uilan, que diz que é inconstitucional. Eu trouxe aqui.

Leis existem. Eu chego até, às vezes, a pensar: "Meu Deus, podiam até derrubar essas leis, porque não adianta". Está aqui a Lei nº 12.468, de 2011. Trabalhamos na Câmara para essa lei federal ser regulamentada. Dilma sancionou e deixou para cada estado e município regulamentar as suas atividades. Em Brasília foi feita a Lei nº 5.323, de 2014, que foi sancionada no Palácio do Buriti, pelo Governador – o senhor presente. É a lei que regulamenta o serviço de táxi. O artigo 59 é bem claro: constitui fraude ao serviço de transporte a condução de passageiro de forma remunerada sem prévia autorização do Poder Público. Está na nossa lei que regulamenta táxi. Também segundo a Lei do Consumidor – Lei nº 8.884 –, artigo 39, VIII, é inconstitucional. A Lei de Mobilidade também diz que é serviço privativo da categoria dos táxis. Mas essas leis – todas elas – vêm com uma brecha. E é nessa brecha que ele entra. Artigo 4º, X: transporte motorizado privado, meio motorizado de transporte de passageiro utilizado para realização de viagem. Eu acredito que esse aplicativo deve estar chegando por esse lado aqui. Eu imagino. Porque a Lei nº 12.468 é bem clara, no artigo 2º: "É atividade privativa dos profissionais taxistas a utilização de veículo automotor, próprio ou de terceiros", o transporte de passageiro em atividade remunerada – até sete pessoas. Ainda diz, no artigo 8º: "Em municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes é obrigatório o uso de taxímetro". Está na Lei Federal nº 12.468, de 2011.

Hoje, está em evidência apenas uma empresa que presta esse tipo de serviço de aplicativo. Uma vez autorizado, o número poderá ser multiplicado de forma estrondosa. É o que eu vejo. Após ser autorizado, haverá um desequilíbrio no sistema dos táxis do Distrito Federal, Deputado, não tenho dúvida.

Corremos o risco de 6 mil pais de famílias passarem necessidade. Isso nos preocupa muito. Nós nos preocupamos muito com isso. Nós temos médico – como o Dr. Ailton Vieira da Fonseca, nosso médico, que tem uma clínica no Conic – que foi formado com o serviço do táxi. Temos dentista, temos advogado. Temos aqui um exemplo de taxista, Luís Macena da Silva – o senhor deve se lembrar dele –, que é pai do Deputado Ricardo Vale e do Deputado Paulo Tadeu. Corremos o risco de vir o desemprego. Corremos risco de tudo.

Eu presenciei, na semana passada, uma reunião dos parceiros que fazem esse transporte de aplicativo Uber – está aqui no Jornal de Brasília – em que disseram que a empresa do aplicativo Uber está sendo ruim para os parceiros dela.

Está aqui, está no Jornal de Brasília, Deputado. Não estão conseguindo manter o desconto.

Então, se esse transporte for regulamentado, os pais de família vão passar fome, e na nossa categoria serão mais ou menos 6 mil pais de família desempregados.

Nós estamos aqui vivendo a amargura dessa concorrência, que até o momento traz somente muita tristeza para os nossos companheiros taxistas. Porque nós não temos segurança em nada, e a nossa vida é só tristeza e aborrecimento. Não podemos recusar corrida. Temos que pegar os passageiros. E acontece assassinato. Sábado amargamos, às 17 horas, no Cemitério do Gama, o sepultamento do nosso companheiro Andrade, que faleceu cruelmente, porque não se pode recusar corrida. O aplicativo Uber pode. Só pega as corridas boas, e as pequenas ficam para nós.

Muito obrigada a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Mariazinha.

A apresentação do André já está pronta?

Quero registrar aqui a presença do Deputado Prof. Reginaldo Veras, do PDT do Distrito Federal, e do Deputado Bispo Renato Andrade, do PL do Distrito Federal, que também participam da nossa audiência pública.

Concedo a palavra ao Sr. André de Oliveira, da Associação de Assistência aos Motoristas de Táxis do Brasil – Aamotab.

SR ANDRÉ DE OLIVEIRA – Boa tarde, mais uma vez. Como me apresentaram, sou o André de Oliveira, da Associação de Assistência aos Motoristas de Táxis do Brasil – Aamotab.

Saúdo o Presidente, saúdo toda a Mesa. Tentarei ser um pouquinho mais breve. Eu pensei que fossem 15 minutos aqui, conforme fui informado.

Já pegando aqui um gancho, parabenizo a Mariazinha, companheira de luta de muitos anos, para dizer que eu acho que aqui nessa posição... Peço até aos parceiros do Uber para pensarem no seguinte: prestem atenção na mensagem e não no mensageiro. Eu, por natureza, sou taxista há mais de 13 anos e, com certeza, vou sempre tender a taxista, mas tenho que pensar sempre como um cidadão, tenho que pensar no que é melhor para a nossa sociedade para que haja um equilíbrio sustentável. Quando a Mariazinha disse que 6 mil pais de famílias irão sofrer, esse número é muito maior.

Para defender os taxistas, tem eu, a Mariazinha e vários companheiros no Brasil; para defender a multinacional criada em São Francisco, nos Estados Unidos – há uma sede no Brasil e uma sede financeira em Amsterdã, na Holanda, para onde ela manda todo o seu faturamento que ocorre no mundo, um paraíso fiscal –, há o

Sr. Daniel Mangabeira, que trabalha muito bem para isso. Agora, para defender o motorista parceiro Uber, quero ver hoje, aqui, quem vai defendê-lo.

Eu vou começar a apresentação para vocês entenderem aonde quero chegar, sem nenhuma demagogia. Vamos à apresentação da Aamotab.

Eu queria mostrar aqui o impacto no setor de transportes. Ali na parte de cima, temos como é a divisão hoje do sistema de transporte – eu vou lendo daqui, não sei se vocês estão conseguindo enxergar, acho que ficou muito pequeno –: há moradores, visitantes, turistas e população flutuante, que resulta no número total de usuários de transporte individual. Vivem dessa bolha, o sistema que atende aqueles usuários – moradores, visitantes, turistas e população –, normalmente, nas cidades do Brasil, os sistemas de transporte individual de até sete passageiros, conhecido como táxi. Normalmente, ele é dividido em três partes, Deputado: táxis convencionais, táxis adaptados e táxis de luxo. Aqui, na cidade de Brasília, nós só temos o convencional. Seria isso. Mas há também os clandestinos. Eles sempre existiram, não é uma invenção do Uber. O clandestino já existia, o Uber só veio para dar uma grife ao serviço de transporte clandestino.

Acontece que, com a regulamentação do Uber, Deputado... Acho que esse quadro aqui define muito bem o que tentamos entender. Quando se fala em regulamentar o Uber, tem-se a mesma fonte de usuários – os moradores, visitantes, turistas e população flutuante – que utilizam do transporte individual; o público é o mesmo. Antes, eram só os taxistas que sobreviviam disso. Quando se legaliza o Uber... Aliás o projeto aqui fala em se criar um sistema de chamada por telecomunicação, por internet, não especificamente o Uber, mas essa é a empresa que está na vez. Ao legalizá-lo, virão em seguida o Carmel, o Ridejoy, o Get, o Lift – todos americanos –, o espanhol Calify, o Bla, Bla, Car e o Tripda, e mais uma meia dúzia de outros aplicativos.

Eu pergunto para o parceiro Uber: dá para todas aquelas empresas ali, cada uma com seus cem, duzentos, trezentos, quinhentos carros, abocanharem uma fatia daquele bolo ali do meio, de moradores, visitantes, turistas e população? Dá para dividir esse bolo? Dá para ser sustentável para todo mundo? Lá na cidade de São Francisco, eles acharam que dava. E a gente se pergunta: quem está dirigindo para o consumidor?

Essa abertura de tantas empresas, Deputado, gerou isso aqui nos últimos tempos, estas são as estatísticas que temos: 19 assaltos, 55 assédios sexuais, 6 sequestros, 4 mortes. Inclusive, um destaque. Na noite da véspera do ano novo de 2013, a menina Sophia Liu foi atropelada pelo motorista Uber Syed Muzaffar. A Uber reconheceu que Muzaffar era um parceiro Uber, mas o seguro para seus motoristas não cobria as despesas médicas, contas de funeral, ou outros danos sofridos pela família Liu. Além de perder Sophia, sua mãe Huan e seu irmão Anthony ficaram gravemente feridos. O motorista foi preso pela polícia americana, mas o seguro que

hoje esses motoristas estão operando cobra uma fortuna e, na hora em que acontece um sinistro, a seguradora não se responsabiliza por isso. Aqui a foto da menina. Lamentável!

A queda do faturamento na cidade de São Francisco, segundo fontes oficiais de lá, em média, as corridas de táxis caíram 65% devido ao Uber e apps similares. De 1.424 corridas por mês, em março de 2012, caiu para 504 a partir de julho de 2014, segundo Kate Moran, Diretora da Agência Municipal de Transporte de São Francisco. E no serviço de táxis adaptados, a queda foi de 1.378 para 768 por mês, comprovando a tese de que o sistema acaba ficando insustentável para ambos: tanto para taxistas quanto para o parceiro Uber. Eu falo isso porque pessoalmente não tenho nada contra nenhum parceiro Uber, ninguém. Tenho amigos que optaram e foram para lá. Eu converso e eles me contam. O Uber entra e tenta pegar uma fatia do mercado porque vive de comissão. Ele ganha 20% de toda aquela bola ali, turistas, visitantes e tal, ou seja, sua política vem em cima somente daquele pessoal.

Aqui a gente está vendo protestos de motoristas do Uber no Brasil. Há até uma foto aqui do Uber Freedom, em que motoristas brasileiros também já estão reclamando. Essa foto é aqui em Brasília, no estádio. Foi bem recente, no dia 30.

Informações disponíveis também no *site* do Uber com relação a sua limitação de responsabilidade. Aqui no próprio *site* eles colocam assim: Uber B.V. É aquela entidade que tem sede em Amsterdã, na Holanda, no paraíso fiscal. Nós trouxemos aqui como o Uber burla o fisco francês. Por questões de tempo, vou resumindo para vocês. Basicamente o que eles fazem é a sonegação fiscal. Dizem que faturaram 2 milhões de euros, mas, na verdade, faturaram 20, fazem uma manobra qualquer e conseguem burlar isso. Nem as autoridades europeias conseguem ter controle sobre toda essa situação.

Aqui é um slide que a gente diz que o Uber aproveita a greve do metrô em Londres para aumentar o preço em 300% – 2,9 significa que uma corrida de 10 reais custaria 29 nesse horário. É comum eles fazerem isso. Olhem aqui: "Meu Deus, o Uber aumentou os preços em 300%, tirando vantagem da greve do metrô. Boa sorte, pessoal. Lá fora está um caos". "Os reais vencedores da greve do metrô de hoje serão os motoristas Uber. Eu paguei 30 libras por uma corrida de 2,2 milhas". Isso dá mais ou menos três quilômetros e meio. Dá mais ou menos 180 reais. Seria isso. Aqui, em Sidney, durante uma crise com reféns, aumentou em 4 vezes. Aqui comentários de usuários de lá. Em Johanesburgo, eles tiveram a discrepância de aumentar em doze vezes o valor da tarifa pelo valor dinâmico. Rio de Janeiro e São Paulo normalmente operam com 1,25; ou seja, 25% a mais. Numa corrida de vinte, seriam pagos vinte e cinco aproximadamente. No Rio de Janeiro, por conta desse preço dinâmico, uma cliente foi indenizada em três mil reais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ao final, cada integrante da Mesa terá novamente cinco minutos.

SR. ANDRÉ DE OLIVEIRA – Quero agradecer a oportunidade e falar que, com certeza, somos pela rejeição. Quero também fazer uma crítica, pois não há limitação do número de carros. Esse projeto não deixa, por exemplo, a oportunidade de os próprios parceiros Uber constituírem um sistema de cooperativa, para que não fiquem reféns de uma multinacional estrangeira, à mercê dos 20%, porque são 20% hoje; amanhã ela pode cobrar 30%, 40%, 50%. Também não há regulamentação com relação esse limite.

As críticas ao projeto ficam nesse sentido de que é preciso observar que, se não houver realmente um controle, vocês vão regulamentar algo de que o Estado perderá o controle. Nas décadas de 60 e 70, era o que o Uber está fazendo hoje. Qualquer um pegava um carro preto, colocava na praça. Ficou conhecido como o chamado chofer de praça. O Estado tomou para si a regulamentação porque entendeu que, se puderem entrar quantas pessoas quiserem, a médio e longo prazo, esses motoristas não vão ter dinheiro para renovar a frota, tornando o sistema insustentável.

Aprovar o Uber hoje significa criar o colapso do sistema de transporte individual daqui a dois, três anos. Cidades que tiveram problemas com *vans* sabem o que estou dizendo. As *vans* eram muito bonitas – transporte alternativo e tudo mais. Contudo, em dois ou três anos, nem as empresas de ônibus trocavam a frota, nem os motoristas de *vans* conseguiam trocá-las. No final, quem ficou como o maior prejudicado foi a população.

Eu peço a atenção dos Deputados, pois neste momento aqui, muito mais do que pensar no taxista, no parceiro Uber, que se pense na população da cidade. Tenho certeza de que a cidade de Brasília tem condições de desenvolver um sistema próprio. Pode desenvolver um sistema de taxis executivos, como está sendo feito em São Paulo, abrindo espaço para novos profissionais entrarem e melhorarem a qualidade da prestação de serviço. Isso é muito válido.

A Uber, quando quer ajudar, igual fez em Israel e em Berlim, na Alemanha, usa o sistema de táxis. Ela cobra uma tarifa de 7,5% em média e usa o próprio táxi. Não coloca novos carros porque sabe o que significa colocar novos carros. Aqui é Brasil, nós estamos com a caneta na mão para resolver de forma bem equilibrada. Ou será que é assim só em Israel porque lá existem homens-bomba? Aqui nós temos a democracia, nós temos o povo. Podemos fazer algo equilibrado que venha atender a necessidade tanto dos parceiros quanto dos taxistas e dos usuários.

Essa é a minha sugestão. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, o senhor trouxe uma contribuição importante. O Deputado Julio Cesar está anotando tudo e eu lhe peço que, depois, deixe todo o material aqui com o Deputado Julio Cesar, pois esta comissão geral é exatamente para que ele possa preparar o relatório com dados.

Concedo a palavra ao Sr. Daniel Mangabeira, representante da Uber, que poderá falar daqui ou da tribuna.

Eu quero avisar ao pessoal que está aqui que nessa área onde estão as câmeras fica o pessoal da imprensa. Se a gente não deixar o espaço minimamente liberado para eles, não tem como fazer as gravações. Logo, um dos objetivos da audiência não será alcançado, que é divulgar o que está sendo debatido aqui. Portanto, eu peço às pessoas que não são da imprensa para deixarem livre essa área onde estão as câmeras posicionadas, para o trabalho da imprensa, para os jornalistas, cinegrafistas, fotógrafos.

Sr. Daniel, eu vou lhe conceder dez minutos, prorrogáveis por mais dois, que foi o tempo que prorroguei.

SR. DANIEL MANGABEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou tentar ser disciplinado e me ater aos dez minutos.

Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente desta comissão geral, na pessoa de quem cumprimento não só os participantes da comissão, mas também todos os Deputados, demais autoridades e membros da Mesa.

Quero começar por mencionar nosso prazer em estar aqui. É a primeira vez que temos a oportunidade de participar de um debate público nesta Câmara, neste plenário. Nossa história em Brasília não começa hoje, já passamos por poucas e boas aqui e já tivemos oportunidade de conversar com muitas autoridades.

Hoje estamos no momento deste debate, um momento muito mais propositivo, que deve servir de exemplo, de modelo para todas as outras capitais do Brasil e quiçá do mundo, um momento em que os reguladores ou as autoridades públicas olham para frente. Elas olham através do para-brisa e não pelo espelho retrovisor.

Eu acho que a ideia aqui – eu poderia utilizar parte do meu tempo para tentar desfazer alguns dos conceitos equivocados que foram lançados à Mesa, ou ao púlpito –, vou tentar, enfim, mencionar brevemente alguns deles porque são importantes, mas eu queria fazer uma fala muito mais olhando para frente, muito mais com essa positividade que é refletida na introdução desse projeto de lei.

A Mariazinha falou dos requerimentos do Deputado Russomanno na Comissão de Defesa do Consumidor, que de fato foram protocolados e aprovados. Mas é importante mencionar que esses requerimentos foram endereçados à SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor, que uma semana antes já tinha se pronunciado publicamente em favor da Uber; ao CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que publicou um estudo bastante fundamentado mostrando como não se pode proibir uma atividade econômica, como isso seria um fato absolutamente inconstitucional; e às autoridades tributárias, às autoridades

financeiras, o que é muito sintomático e representativo, porque nos dá oportunidade de mostrar que não há nada de errado com nosso modelo tributário.

Aliás, é importante mencionar que no grupo de trabalho do Distrito Federal, a Secretaria de Finanças fez parte, ela tomou assento e tudo isso foi discutido. Todas as pendências eventualmente que existiam, do ponto de vista tributário, foram equacionadas.

Eu poderia falar também das ilações a respeito da proibição ou da aventada proibição do sistema em alguns países. De fato, há cidades que proibiram temporariamente o serviço. Essas proibições foram muito mais judiciárias do que políticas. Ora, o nosso sistema judiciário é mais avançado do que o dessas cidades. Eu acho que isso é um fato inconteste.

Muito mais do falar de vedações temporárias, eu acho que é mais interessante falar aqui, já que o debate é propositivo e olhando para frente, das 61 jurisdições que já escolheram abraçar o futuro e regulamentar serviços de transporte baseados em aplicativo. São 61 jurisdições, senhores, que escolheram de fato compreender que nosso momento urbano e nosso contexto cultural é distinto. De fato, essa intervenção necessária do Poder Público, que existia na década de 60 porque existia uma simetria de informação entre quem prestava o serviço e quem demandava esse serviço, não existe mais ou é substituída por tecnologia, talvez com muito mais eficiência.

Nesse debate, se há um elemento novo no contexto urbano – esse elemento novo dota o contexto urbano de mais eficiência –, o ponto fundamental que nós enquanto sociedade, incluindo as autoridades públicas, deveríamos estar discutindo, como o faz Brasília, é como compreender isso e internalizar para o bem da sociedade.

Eu poderia falar aqui sobre a questão de como a Uber ou a regulamentação desse sistema acarretaria desemprego da categoria ou de quem quer que seja. Mas estamos falando aqui de um sistema muito maior, que gera oportunidades de trabalho, e no fim das contas serve de alternativa para quem está encostado, ou quem, num momento de retração econômica, não tem oportunidade de trabalhar. Muito diferentemente de você dizimar uma categoria – como foi dito –, esse sistema possibilita que alternativas urbanas de transporte coexistam e trabalhem conjuntamente. Sistemas como o da Uber têm muito mais como objetivo otimizar o uso de ativos existentes, ou seja, o ativo hoje que nós conhecemos como carro, veículo, ele é subutilizado em 96% de seu tempo. Nós utilizamos apenas 4% da vida útil do veículo particular. Então, por que não otimizar o uso e, ao otimizá-lo, reduzir o fluxo e o afluxo de veículo nas nossas vias urbanas? Ao fazer isso, a gente melhora o sistema como um todo, para quem trabalha com o transporte coletivo, individual, público ou privado.

Fazendo esse parêntese, acho que o ponto fundamental que eu queria lançar aqui é, sobretudo, a natureza desse debate. A gente não está aqui discutindo Uber ou táxi. A gente tem que superar essa polarização de nós contra eles. A discussão aqui é muito mais a respeito da cidade – da cidade que nós temos hoje e da cidade que nós queremos no futuro. A cidade que nós queremos no futuro, senhoras e senhores, é necessariamente uma cidade que vai se utilizar, intensivamente, de tecnologia.

A Uber é um elemento desse debate – porque nós estamos presentes nas cidades –, mas não é o único. Uma das falas do Presidente André de Oliveira foi muito representativa, quando ele disse que a regulação diz respeito a um sistema, e ao se regular um sistema, você vai ter concorrência, melhorando e nivelando por cima o sistema, beneficiando o consumidor, na ponta.

No fim das contas, isso acarreta, única e exclusivamente, melhorias no sistema e benefício para o cidadão. Acho que é esse tipo de melhoria para uma cidade do futuro que nós temos que discutir e tentar implementar, porque a cidade do futuro é responsabilidade nossa no presente.

Esse debate deve ir muito além de subterfúgios que não fazem sentido. O debate aqui não é sobre legalidade ou ilegalidade, pois estamos diante de um sistema que, por lei federal, é legítimo, é legal e ponto. A questão é que esse serviço é legal, mas não é regulamentado.

Falamos aqui de dois conceitos absolutamente diferentes, absolutamente distintos. A questão é: tem-se um sistema legal, tem-se um fato social, então, regulamente-se para o bem da cidade.

Outro ponto que eu queria mencionar, tendo isso como pano de fundo, é o projeto em si. Com muitos dos atores que estão aqui, dos membros desta Mesa, dos senhores que tomam assento nesta Mesa nós já nos encontramos em outras audiências públicas Brasil afora. O nível de debate tem sido sempre muito positivo, as discussões são sempre muito produtivas, mas o fato é que a gente não avança. O fato é que a gente opta, às vezes, por se escorar no momento presente e não discutir possibilidades futuras.

Eu queria utilizar esse espaço hoje para celebrar um ato de coragem do nosso Governador Rodrigo Rollemberg. No fim das contas, a introdução desse projeto de lei, sendo esse um assunto que gera tanta controvérsia e está em discussão no Brasil inteiro, e que, às vezes, esbarra no poder decisório dos atores públicos, exatamente porque é polêmico, o ato do Governador Rodrigo Rollemberg é um ato que quebra um paradigma e que coloca a discussão em um patamar diferente.

O fato de esse ser um projeto que, de fato, deve ser celebrado, um ato de coragem que deve ser celebrado, isso não invalida o fato de que há pontos que merecem ainda ser discutidos. Acho que esse deve ser o espírito que anima esse

debate. Você tem um projeto, no fim das contas, que autoriza algumas possibilidades, mas veda outras. Você tem um sistema – de novo, a discussão não é sobre a Uber – em que o racional é ser um sistema inclusivo, é ser um sistema acessível, é ser um sistema que possibilite a cada um desses trabalhadores, que hoje não tem oportunidade de trabalhar, fazê-lo, possibilite utilizar o seu ativo e ir para a rua prestar um serviço de qualidade, com segurança, com higidez, com conforto, e que tem 97% de aprovação dos consumidores.

No fim das contas, a gente tem aqui, na cidade, possibilidade de, por exemplo, acessar áreas periféricas ou áreas do Entorno. Isso só se faz com equipamentos mais acessíveis, e esse é um ponto que foi introduzido no projeto que, na nossa opinião, valeria a pena se discutir aqui.

Acho que este Plenário, hoje, Srs. Deputados, talvez seja a metáfora perfeita do que a gente quer ver na cidade: taxistas e motoristas parceiros da Uber sentados lado a lado, discutindo propositivamente que cidade nós queremos no futuro para servir melhor cada um dos cidadãos, e a gente só consegue estabelecer esse patamar de discussão, se dermos um passo atrás e superarmos essa discussão anterior. Ou seja, esse é um sistema fundamentalmente inclusivo, e assim ele deve ser regulado. É um sistema que deve ser regulado para todos, para o benefício de todos os cidadãos, para aqueles que têm um pouco de condição financeira e para aqueles do Entorno, que precisam de condições mais acessíveis para se valerem das alternativas de transporte. Ele também deve ser um sistema acessível a todo aquele trabalhador, não apenas àquele que tem um pouco mais de condição – que consegue comprar um veículo mais caro ou que já possui um veículo mais caro e assim vai otimizá-lo para o benefício da cidade –, mas àqueles que não têm tantos recursos. Através do acesso a essa plataforma e através da otimização desse veículo, quem tem menos recurso pode galgar degraus e aí, enfim, de repente, alguém com um pouco mais de recurso poderá ser um empresário com um pouco mais de posse.

No fim das contas, a discussão que queremos promover é muito mais essa. Esse sistema do qual nós falamos, o transporte individual privado, muito mais do que um obstáculo a ser eliminado, é uma oportunidade a ser abraçada. Na verdade, estamos diante aqui de uma oportunidade única de discutir maneiras e formas de fazer com que o nosso contexto urbano seja melhor, seja mais útil para todo mundo. Tenho certeza de que ninguém aqui aguenta passar uma, duas, três horas num engarrafamento. Isso só acontece porque os nossos centros urbanos estão estrangulados. Como cidadãos, precisamos encontrar alternativas de fazer com que essa cidade seja nossa de novo. Essa reapropriação do contexto urbano é uma obrigação nossa, uma obrigação que temos conosco e com as futuras gerações. Uma das formas de fazer isso é através de tecnologia. Se tecnologia é uma dessas formas, por que a gente fica debatendo aqui sobre proibição?

O debate tem que ser sobre como é que internalizamos isso, como é que inserimos isso no nosso contexto para o bem de todo mundo, para o bem do trabalhador, para o bem do consumidor e, sobretudo, para o bem da nossa cidade.

Eu acho que é isso, Sr. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, representante da Uber.

Quero reconhecer uma coisa: o debate está indo muito bem, é respeitoso. É exatamente isso que nós queremos. Cada pessoa vai ter o direito de falar. O Deputado Julio Cesar está anotando tudo e vai pegar todos os documentos. Ele vai formar a opinião dele para a elaboração do relatório que será encaminhado ao Plenário.

Nós vamos passar a palavra agora ao Secretário de Mobilidade do Distrito Federal, Sr. Marcos Dantas. Ele irá falar conjuntamente com o Sr. Roberto Pojo. Nós vamos disponibilizar 15 minutos para os dois. Em seguida, nós vamos ouvir o Plenário.

Concedo a palavra ao Sr. Marcos Dantas.

SR. MARCOS DANTAS – Boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Chico Vigilante; o Relator desta matéria, Deputado Julio Cesar; os demais Deputados: Deputado Roosevelt Vilela, Deputado Prof. Israel, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Rodrigo Delmasso; os demais membros da Mesa; a Mariazinha; todos os taxistas aqui presentes e também aqueles que hoje trabalham no Uber.

Eu quero, Deputado Chico Vigilante, falar sobre a importância dessa reunião, desse debate. É um prazer retornar a esta Casa onde trabalhei diuturnamente até 40 dias atrás. É um prazer retornar e dizer aos membros desta Casa que esse debate qualifica esta Casa. É importante, neste momento, nós fazermos esse debate. Isso mostra o compromisso da Câmara Legislativa com as questões que dizem respeito à população. Este é o papel desta Casa: fazer esse debate. Eu queria dizer que o que estamos debatendo aqui é a prestação de serviço de transporte individual privado para passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede.

A primeira coisa que quero dizer é que o intuito do governo não é prejudicar em absoluto ninguém, muito menos os taxistas. Tivemos o cuidado de, durante três meses, noventa dias, fazer o debate interno. Ouvimos diversos setores, ouvimos os interessados, ouvimos as diversas representações dos taxistas, ouvimos a OAB, o Ministério Público, a Defensoria Pública. Enfim, foi um debate rico, um debate, sobretudo, com a coragem que o governo precisa ter. Não podemos colocar debaixo do tapete, porque esta é uma situação real em Brasília e no País; no Rio de Janeiro e em São Paulo, isso já é uma realidade. Portanto, o Estado não pode passar ao largo desta discussão. O Estado está fazendo o que tem de ser feito, teve coragem, em

um movimento de vanguarda, de trazer este debate para esta Casa, a Casa de Leis. Como disse o Mangabeira, aqui podemos melhorar, aperfeiçoar e fazer esse debate. Agora, fazer esse debate com muita sinceridade e com muita honestidade. Existem alguns que procuram criminalizar essa discussão. Como disse, é responsabilidade de um governo não colocar debaixo do tapete os problemas do dia a dia da sua cidade. Eu, como Secretário de Estado de Mobilidade, tenho a preocupação de oferecer à nossa população um serviço de qualidade. Esta tem que ser a discussão também: que serviço estamos prestando e que serviço poderemos prestar para essa população? Não tenho dúvidas de que temos de ter a perspectiva do presente, mas temos de ter a perspectiva do futuro. Essa é uma realidade que não podemos esquecer, não podemos ignorar. É isso o que estamos discutindo aqui.

Como eu disse, é um transporte individual, um serviço privado de passageiros com acesso somente por meio de aplicativo. É completamente antagônico ao serviço de táxi. Ele tem uma característica completamente diferente. Não tenho a menor dúvida de que a nossa cidade, com quase 3 milhões de habitantes, comporta ambos os serviços. Não tenho a menor dúvida. O que precisamos, repetindo o que falei, é dar a opção de escolha. Vamos observar isto no Código de Defesa do Consumidor também: dar o direito à livre escolha. O Código fala sobre isso também.

Portanto, com todo o apreço que tenho por essa laboriosa categoria de motoristas, quero dizer que sou filho de um motorista de praça, que criou quatorze...

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, deixe-me dizer uma coisa para vocês: aqui ninguém vai interromper ninguém, aqui ninguém vai suspender a fala de ninguém. O Secretário, junto com o Subsecretário, tem quinze minutos para a exposição. Ao final, oito taxistas e oito motoristas da Uber também falarão. Os Deputados também irão falar. Ouviremos as pessoas. Portanto, peço atenção e respeito aos oradores. Toda vez que a palavra for interrompida, eu vou parar o tempo e recomeçar a partir da paralização.

Continua com a palavra o Sr. Marcos Dantas.

SR. MARCOS DANTAS – Como eu ia dizendo, o debate está posto, ninguém está com medo, ninguém está escondendo absolutamente nada, estamos tendo todo o respeito por todos os lados. Aqui é a Casa que vai dar a condução final.

Como eu ia dizia, com muito orgulho, eu sou filho de um motorista, motorista dos Correios, que, depois que aposentou, foi motorista de taxi durante muito tempo. Com muita honradez, com muita dignidade, ele conseguiu criar quatorze filhos. Sr. José de Alencar Dantas, que deixou um exemplo para os seus filhos, foi motorista de praça, Deputado Chico Vigilante. Isso também dignifica a história da minha família. Mas eu quero dizer com isso o seguinte: o carinho e o respeito que a gente tem por todos. Aqui ninguém desconhece a situação.

Agora, eu vou passar para o Roberto Pojo, que é o nosso Subsecretário, que vai fazer uma apresentação sucinta do que trata o projeto de lei.

Vou ficar por aqui. Agradeço a atenção de todos. Muito obrigado.

SR. ROBERTO POJO – Boa tarde a todos. O que eu vou fazer é uma breve explanação do que estamos regulamentando, do que enviamos para esta Casa para regulamentar um serviço pelo qual hoje há uma clara demanda. Queremos discutir com todos aqui qual é a melhor regulamentação para esse serviço.

Esse é um serviço de transporte individual privado de passageiros. Ele vai além de um aplicativo específico. Ele faz a intermediação da prestação de um serviço entre um privado e um passageiro baseado em tecnologia, baseado num aplicativo.

Qual é o objetivo dele? Unir duas pontas, privilegiando inovação, empreendedorismo, economia compartilhada, uso de recursos ociosos na sociedade. Esse é o princípio básico de você prestar o serviço utilizando esses recursos.

Como ele se caracteriza? Primeiro, atendimento à demanda por um serviço de transporte individual diferenciado. A gente vai detalhar um pouco isso à frente. Captação dos passageiros somente por meio do aplicativo. Você está restrito à intermediação por meio do aplicativo. Ele se caracteriza por utilizar recursos que estão ociosos, que são: um carro, um motorista e a demanda de alguém querendo se mover de um ponto ao outro. Pagamento somente via cartão de crédito pré-cadastrado. O regulamento proposto prevê uma cobrança tanto pré quanto pós a realização do serviço. E o serviço vai ter que ser oferecido sempre em veículo próprio do motorista. O cadastro desse motorista terá que ser feito junto à unidade gestora também, não só junto à empresa, mas também junto à unidade gestora, que vai zelar pela apresentação da documentação e avaliação dessa documentação de forma rigorosa para garantir segurança e qualidade no serviço. A empresa tem que ter sede ou filial estabelecida no DF e recolher os impostos devidos ao DF. Não pode, de forma alguma, utilizar os pontos de taxis nem trabalhar na captação de passageiros como os taxistas hoje fazem, que é como eles prestam seus serviços. Então, não podem parar em estacionamento, não podem se aglomerar em frente a eventos esportivos, em frente a eventos culturais. Ele tem uma captação diferente da captação do taxi em relação ao seu passageiro.

Deveres da empresa. Para prestação desse serviço, você tem que ter uma empresa cadastrada junto ao GDF com essa finalidade. Ela vai ter, por obrigação na nossa proposta, que disponibilizar todos os dados referentes aos seus motoristas, referentes aos seus veículos e a suas operações. Então, o governo vai poder monitorar como se está dando essa operação, quais são os locais onde essas corridas estão sendo efetuadas, qual a área de cobertura desse serviço, para ele se integrar ao conjunto todo da mobilidade dessa cidade, resguardado obviamente o sigilo das informações dos passageiros. E fica obrigado à emissão de nota fiscal eletrônica ao final de todos os seus serviços prestados.

Ele vai ser regulamentado e fiscalizado pela Unidade de Fiscalização, sujeitos à multa tanto o prestador, quanto a própria empresa. Também pagará uma série de preços públicos de acordo com o serviço prestado do Estado a ele. Cadastramentos, baixas, todo o serviço necessário para o controle do serviço.

Por que ele se diferencia do táxi? Esse é o ponto fundamental da discussão. Ele foi posto como atendimento a uma categoria de demanda diferenciada. Ele vai ser posto como modelo econômico com custo maior. Ele não tem o mesmo custo que os táxis têm hoje. Ele trabalha pela regulamentação com veículos mais caros. A regulamentação exige uma distância entre eixo, que limita qual veículo ele pode utilizar. Esses veículos não são adquiridos com nenhum tipo de isenção – as isenções que hoje os taxistas gozam para adquirir os seus veículos e executarem o seu serviço – e vão recolher o imposto sobre serviços para o Distrito Federal.

Não há cadastramento de motorista auxiliar. O próprio dono do veículo, no tempo que ele tiver disponível, é que vai exercer essa atividade. Não há uma exploração máxima desse veículo, como é o caso dos senhores taxistas, que podem cadastrar mais dois motoristas auxiliares. Essa é a grande diferenciação.

São dois modelos econômicos de prestação de serviços distintos. O táxi está regulamentado, tem uma tarifa pré-determinada, tem uma captação de passageiros ampla e irrestrita e pode receber qualquer meio de pagamento. Então, essa é a demanda que ele atende.

O serviço prestado por meio do aplicativo para o transporte individual de passageiros está definido no projeto de lei com um modelo econômico mais caro. Os veículos são mais caros e não têm acesso a nenhum tipo de isenção como tem o taxista. Por quê? O governo entende que são serviços complementares, não entram em competição. E é baseado nesse preceito que a gente está propondo esse projeto de lei. Ele não se propõe a concorrer com o táxi. Ele não se propõe a retirar o sustento dos pais de família que se utilizam do táxi como profissão. Ele, sim, é um serviço complementar para uma demanda específica para a qual o governo não pôde fechar os seus olhos. Essa demanda existe. Essa demanda está apresentada e representada aqui pelo aplicativo Uber. Apesar de haver outras, ela foi atendida de alguma forma.

Eu queria esclarecer que qualquer empresa constituída para essa finalidade vai poder explorar esse serviço dentro dessas regras. Então, se um grupo de pessoas montar uma cooperativa e instituir um CNPJ que cumpra os requisitos da legislação, uma vez desenvolvido o seu aplicativo específico, vai poder oferecer o mesmo serviço. Ele está aberto. Empresas brasileiras, multinacionais ou cooperativas. Basta ela cumprir todos os requisitos.

Motoristas individuais não vão poder oferecer os seus serviços. É necessária a intermediação de uma empresa. Ela garante uma série de fatores que caracterizam esse serviço.

Por fim, o modelo econômico para esse tipo de serviço pressupõe a utilização de recursos ociosos. Você não consegue dirigir o seu carro 24 horas por dia. Você não tem essa finalidade, você não tem essa finalidade, uma vez que pode entrar e sair do serviço a qualquer momento, mas você coloca à disposição da população esses recursos, que vão ampliar a possibilidade dela, sobretudo para essa faixa específica, que tem essa demanda por um serviço de categoria superior, como alguns gostam de definir.

O projeto foi apresentado e está aberto a sugestões. Obviamente, entendemos que deve haver espaço para melhorias. Esperamos que, aqui, na tramitação nas três comissões e na própria discussão de Plenário, essas melhorias sejam incorporadas ao projeto, e Brasília seja a primeira capital do País a definir as regras de um novo serviço, um serviço inovador.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Pojo. Estamos vendo que esta audiência está sendo bastante concorrida. Isso é importante. Neste momento, temos aqui o Deputado Bispo Renato Andrade; o Deputado Roosevelt Vilela; o Deputado Julio Cesar, que é o Relator; o Deputado Rafael Prudente; o Deputado Prof. Israel; o Deputado Raimundo Ribeiro e o Deputado Rodrigo Delmasso. Já há *quorum* para votação. (Risos.) O voto de cada um, eles, depois... Não vão dizer aqui, hoje.

Pelo Regimento Interno, os Deputados poderão se inscrever para fazer uma saudação a qualquer momento. Tendo em vista que o Deputado Raimundo Ribeiro vai ter que se ausentar, S.Exa. me pediu para fazer uma saudação agora. Vamos ouvi-lo e, em seguida, ouviremos os dezesseis que estão inscritos.

Cometemos uma falha aqui. Não havíamos aberto a inscrição para quem não é taxista e também para os que não são do Uber. Portanto, se porventura houver pessoas da comunidade que não são nem taxistas nem do Uber e quiserem se inscrever para oferecer a sua opinião, nós inscreveremos cinco. Já há um inscrito.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Deputado Chico Vigilante, primeiramente, quero agradecer a V.Exa. a deferência de me permitir fazer uma breve saudação. Em segundo lugar, quero parabenizá-lo por trazer para esta Casa a discussão de um tema que é recorrente em nossa cidade.

Eu ainda não tenho uma posição muito clara e específica sobre essa questão, mas tenho muito interesse. Por quê? Porque, ao contrário de muitos que buscam o aplauso fácil, busco atingir a finalidade do nosso mandato. A finalidade do nosso mandato é servir à população.

O importante nesse filme não é a pessoa que está trabalhando no Uber, não é o motorista de táxi e muito menos o governo. O importante nesse filme chama-se cidadão, que recebe o apelido de passageiro. É esse o interesse que vou defender nesta Casa.

Fiz questão de trazer essa mensagem porque vou ouvir muito – inclusive já até pedi, Deputado Chico Vigilante, a gravação desta sessão, tendo em vista que não poderei ficar – os argumentos que serão postos, mas, acima de tudo, quero já deixar bem claro a defesa do interesse do cidadão, que, no caso específico, é apelidado de passageiro.

Quando o cidadão vai ao hospital, coitado, de uma forma cínica, nós o chamamos de paciente; quando ele vai à Receita Federal, nós também, de forma cínica, o chamamos de contribuinte. Quer dizer, em cada lugar, ele recebe um apelido. No estádio, ele é torcedor; no ônibus, é passageiro. É uma coisa de maluco! Mas o importante é que esta Casa vai discutir e certamente vai discutir à exaustão a matéria.

Vejo, em princípio, que temos talvez até uma, eu não digo uma omissão, mas uma falha do próprio sistema social, pelo fato de que a lei que deve materializar o pensamento da sociedade não consegue acompanhar, com a rapidez necessária, a dinâmica social, as mudanças que vão acontecendo na sociedade. E aí, muitas vezes, gera-se esse tipo de conflito e, quando isso acontece, a gente termina criando situações que são muito ruins. De vez em quando a gente recebe notícias de que houve até agressão física entre profissionais. Isso, de forma alguma, contribui para o debate.

O que contribui para o debate é a gente realmente fazer isso que a Câmara Legislativa, sob a liderança do Deputado Chico Vigilante, está fazendo neste momento, que é discutir o tema, ouvir as propostas, para que, a partir daí, a gente possa, realmente, tomar uma decisão.

Eu já vi, inclusive, um anteprojeto que foi feito pelo Deputado Rodrigo Delmasso. A princípio, tenho até uma simpatia pelo que foi colocado, mas, evidentemente, quando a gente coloca algo sob apreciação, é para que a gente possa, se for o caso, contribuir para a discussão, aperfeiçoando e propondo outras coisas. Então, o nosso papel aqui vai ser exatamente esse, Deputado Chico Vigilante.

Quero agradecer a vocês e dizer que realmente não tenho uma posição definida sobre como se pode resolver essa questão. Mas sei a quem eu quero realmente agradar. Eu quero agradar o cidadão do Distrito Federal que recebe o apelido de passageiro nesse caso específico.

Muito obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Deputado Raimundo Ribeiro.

Aviso para vocês que nós temos ali uma garrafa de café, que está quentinho, naquela mesa do canto. As meninas que trabalham na copa disponibilizaram isso. Portanto, qualquer companheiro e companheira que quiser tomar um cafezinho pode ir lá, servir e tomar na maior tranquilidade. E aqui tanto os motoristas de táxi como os do Uber vão tomar café juntos sem nenhuma confusão, para mostrar que todos nós somos seres humanos e merecemos respeito.

Concedo a palavra ao Milton Azevedo. Estou disponibilizando três minutos para o senhor falar daqui da tribuna.

SR. MILTON AZEVEDO – Boa tarde, Presidente da Mesa, Deputado Chico Vigilante, toda a Mesa e todos os demais presentes nesta Casa. Sou Milton Azevedo – já foi dito o meu nome –, sou soteropolitano – daquela linda cidade de Salvador –, nordestino, com muito orgulho.

Presidente Deputado Chico Vigilante, esse nome expressa muito bem, viu? É uma das profissões que exerci com muito orgulho: vigilante. Fui carreteiro, militar e hoje sou motorista do aplicativo mais excelente e brilhante que os brasileiros esperavam, o Uber. Comecei com um JAC 5, quando o aplicativo chegou – muitos aqui me conhecem desde o início –, e hoje eu estou com o meu Corolla 2014, graças ao aplicativo. E acredito por certo que, em 2018 – como esta Casa tem dito que temos que trocar o nosso veículo com cinco anos de uso –, eu vou estar com o meu Mercedes, com fé em Deus.

Foi indagado lá de cima qual a opinião do povo. Cadê o povo? Esta Casa lançou uma enquete, e a resposta está lá em cima. A Casa é ciente da fala da população. Sou morador do bairro de Sobradinho e admiro o Deputado Raimundo Ribeiro, que falou agora há pouco que o interesse dele é a população. E a população tem respondido com 93%. Já tive uma fala em emissora de televisão e continuo dizendo ao senhor que falou aqui há pouco: há espaço para todo mundo.

Segundo pesquisa feita no Brasil, onde o índice de inadimplência é grande, não se poderá adquirir um cartão internacional para poder usar o aplicativo Uber. Infelizmente, e as pessoas queriam tal coisa.

Há pessoas que admiram o serviço de táxi, como eu, que conheço muitos em Salvador que falam dois idiomas e que exercem um serviço de táxi de excelência em Salvador.

Aqui em Brasília eu fui abordado, numa madrugada desta, por um taxista – eu achei que seria agredido por ele. Eu estava sentado no meu veículo. Ele parou o carro pareado com o meu e disse: "Você é do Uber?" Eu falei: "Sou, sim, senhor". "Como é que eu faço para entrar no aplicativo?" "Está suspenso temporariamente, devido nosso Governador Rollemberg ter lançado para a Câmara Legislativa, e estamos esperando regulamentação". Ele: "Também espero e almejo essa regulamentação, porque já fui assaltado várias vezes e vejo neste aplicativo 100% de segurança". É um pai de família que quer obter um carro e não consegue! Ele me

disse que paga 120 reais, combustível, alimentação, e é refém de um monopólio que já existe há muitos anos!

Chegou a hora! A opinião pública quer o aplicativo Uber! Esta Casa, com muito respeito, vai aprovar porque a população pede isso. Foi dito aqui pelo Deputado que a enquete foi lançada, a opinião pública quer o aplicativo Uber. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo palavra ao Sr. Gutemberg Lima, Presidente da UNITÁXI – Cooperativa União dos Taxistas do Distrito Federal, que dispõe de três minutos para falar.

Sr. GUTEMBERG LIMA – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Deputados; boa tarde, companheiros que estão presentes.

Muito bonito esse discurso. Desculpem-me, senhores, mas não tem como controlar: demagogia pura. O que a gente reclama dentro do Distrito Federal...

Quer Corolla? Está aqui um, senhor! Moro na Vila Planalto, consegui minha casa, que foi comprada através de táxi. Tem quinze anos que eu dirijo táxi. Corolla zero, 2015. (Palmas.)

A gente fala sobre tecnologia, Sr. Presidente. Já é a segunda vez que me deparo com o Sr. Mangabeira. Estive no gabinete do Governador e mostrei a tecnologia de ponta que Brasília tem. Falam de tecnologia. Há uma tecnologia simples e barata que todas as cooperativas do Distrito Federal têm. O passageiro consegue saber onde a gente está, a que hora, em que carro, se o motorista é cadastrado, se tem certidão negativa, se tem certidão criminal, o quer que ele seja, se está em dia com o fisco – o que quiser! Nós temos tudo cadastrado na nossa cooperativa, isso é lei nossa.

O que a gente está aqui conclamando não é contra o aplicativo, nem estamos dizendo que venham participar com a gente. Não. Não, Deputado – e até chamo o senhor de Chico. O que a gente quer é o direito de respeitar aqueles companheiros que estão há mais de vinte anos na fila esperando uma autorização, senhores! E agora me chega o Uber e outros aplicativos e passam pela gente? Isso para mim é golpe!

Nós temos uma lei na praça – lei nossa, de todos nós –, a que nós obedecemos: há uma filazinha indiana, cada um na sua vez, cada um a seu tempo e cada um na sua ordem.

O que esse aplicativo Uber fez? Ele quis simplesmente colocar o Estado de lado. Como eu disse ao senhor, é a segunda vez que falo com esse moço diante do Governador! Mostrei-lhe a tecnologia e perguntei-lhe para onde ia o dinheiro dos impostos que ele arrecadava no Distrito Federal. A gente consome e gasta aqui dentro! Ele não, ele leva lá para fora, é IOF.

E o que nós queremos, Deputados? Nós só queremos o direito de trabalhar, não importa se é Uber, se é Easy, se é Wappa, se é 99! Todo mundo se adaptou ao nosso sistema, e nós atendemos!

Deputado, nós andamos em Brasília desde a época em que não tinha asfalto, era chão. De Fusquinha! Hoje, se ele fala de Corolla, eu tenho também, olha aqui, é 2015. E minha casa é quitada, tirada de um táxi, Deputado!

Nunca lacei ninguém. Nunca passei por cima de ninguém! Todos esses companheiros aqui me conhecem. Eu duvido que algum deles diga que eu tomei um passageiro de alguém ou tive alguma notificação na concessão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Terminou o tempo. Obrigado, Gutemberg.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio Augusto, por três minutos.

SR. MÁRCIO AUGUSTO – Obrigado, Presidente. Boa tarde, demais membros desta Mesa, todos os presentes...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Márcio, eu vou parar o seu tempo.

Deixem eu falar uma coisa a vocês. Todos verificaram que houve um companheiro aqui que falou, nos seus três minutos, o que ele quis falar e todo mundo ouviu. Em seguida, o Gutemberg veio, falou de maneira brilhante e todo mundo ouviu. Portanto, vamos continuar assim.

Estamos dando o mesmo tempo, três minutos para cada. Inscrevemos oito a favor e oito contrários. A democracia é assim. Agora, a democracia é, acima de tudo, ouvir, ter argumentos. Todos os argumentos que estão sendo colocados serão anotados e levaremos em consideração para o voto aqui. Depois de tudo, que os dezesseis e as autoridades falarem aqui, serão os Deputados que vão decidir. Vai chegar um dia em que os 24 Deputados vão decidir.

Portanto, eu quero pedir para vocês: vamos ouvir, tranquilos. Ao final, vamos encerrar na maior tranquilidade e preparar o relatório para que os Deputados possam se posicionar. Cada um aqui tem uma entidade representativa. As entidades estão agindo. Na primeira conversa que tive com a Mariazinha, eu falei que a gente precisa de argumentos. Pessoal do Uber, traga argumentos. Nós vamos analisar e, ao final, tomaremos uma posição.

Vamos agora retomar os seus três minutos.

SR. MÁRCIO AUGUSTO – Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de colocar a minha posição hoje, na Uber, como parceiro. Eu já sou motorista do Executivo há dez anos. Em dezembro do ano passado, tive o privilégio de entrar para essa nova plataforma tecnológica que chegou ao nosso País e mais especialmente a Brasília. Confesso que tem sido de grande valia na minha vida, tem me ajudado, assim como

a muitos parceiros, e me tirou de uma situação até difícil financeiramente. Eu gostaria de agradecer por um ano que estou fazendo de Uber, dia 17 de dezembro. Isso é um privilégio muito grande para mim.

Mas a questão é outra, Sr. Presidente, demais presentes. Eu gostaria só de mencionar alguns compartilhamentos em relação ao nosso principal ator nessa história, que é o nosso passageiro ou cliente.

Todos vocês são cientes da enquete que esta Casa fez e nós tivemos uma aprovação de 97%, algo em torno dessa margem. Ou seja, os comentários que recebo e as críticas de todos os passageiros são unânimes em afirmar que eles são muito maltratados pela categoria concorrente. São pessoas que reclamam, os passageiros dos seus motoristas, que realmente está faltando postura. Tecnologia todos têm, assim como o nobre motorista falou. Realmente, pode ter várias tecnologias, mas o que a Uber tem de melhor é a postura dos nossos motoristas parceiros. Nisso aí nós somos reconhecidos e avaliados pela população.

É um privilégio, inclusive porque tem muitos taxistas que já passaram para a Uber, mais de cinquenta que eu sei. Inclusive, já fui abordado várias vezes para saber como se faz para entrar na Uber. Então, Sr. Presidente, o que nós ouvimos dos passageiros, realmente, são coisas absurdas.

E eu gostaria de compartilhar, também, outros momentos que tivemos – eu, particularmente, já tive. É com relação aos passageiros que deixaram os seus veículos em casa, venderam os seus veículos. Quando saem para a noite, para um casamento, uma festividade de maneira geral, as pessoas se sentem satisfeitas de saírem conosco pela segurança do seu retorno. Muitas vezes, pegamos passageiros adolescentes, jovens, pessoas bastante novas com um teor alcoólico um pouquinho elevado. Alegres! E as pessoas são unânimes em afirmar que sentem segurança. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Pessoal, esta comissão é tão importante que estou constatando que os veículos de comunicação do Distrito Federal destacaram seus melhores profissionais para cobrir esta comissão de hoje. Eu vejo aqui o Yuri, da *TV Record*, um repórter extraordinário, muito bom. Vejo aqui a Rita Yoshimine, da *Rede Globo*, uma jornalista excepcional. Vejo o pessoal aqui do *Fato Online*, do *G1*... Todo mundo está aqui. Por isso é bom a gente manter esse nível, exatamente para mostrar que somos pessoas educadas, civilizadas e que sabemos debater. Isso é importante.

Vou conceder a palavra, para uma saudação breve, ao nosso companheiro, Deputado Rodrigo Delmasso, porque ele tem que sair para outra atividade.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (XXXXX. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, primeiramente obrigado pela oportunidade. Quero parabenizar V.Exa. e a Comissão de Defesa do Consumidor por esse amplo debate.

Quero cumprimentar toda a Mesa e também a todos os presentes, motoristas, os parceiros Uber e aqueles que no dia a dia lutam por um dia melhor no transporte público individual, que são os taxistas que estão presentes.

Sr. Presidente, eu acredito... E aqui eu queria deixar uma contribuição, nós não estamos num campo de batalha. Eu acredito que tanto os taxistas quanto os parceiros motoristas do Uber querem uma coisa. Eles querem obviamente ter uma participação na sociedade e, acima de tudo, querem ter passageiros para que todos possam exercer a sua profissão. Agora, o que não dá é que haja tratamento desigual. Eu acredito que a desigualdade em qualquer democracia, Deputado Prof. Israel, é injusta! E existe, sim, uma categoria que há tempos existe regulamentação, inclusive fiscalização específica pela secretaria de mobilidade, que é a categoria dos taxistas, que hoje se depara com uma das grandes, entre aspas – vou dizer entre aspas porque na minha visão isso não é concorrência – "uma grande concorrência", como o nosso amigo ali disse, disse que os taxistas são concorrentes com os parceiros do Uber, na minha visão não são, e vou explicar isso, rapidamente.

Eu fui autor do projeto nº 282, de 2015, que regulamenta a utilização de aplicativos aqui. E fico feliz que, com base nesse projeto, vetado pelo Governador, Deputado Roosevelt Vilela, nasceu toda essa discussão, não só aqui em Brasília, mas no Brasil todo. A Câmara dos Deputados pautou isso. No Brasil todo houve esse debate graças a esta Casa que, num projeto aprovado, com o veto do Governador, o Brasil todo está hoje voltado para esse debate. Eu acredito que podemos dar uma lição para o País. Qual a lição – e aí quero dizer taxistas e motoristas do Uber? Que nós podemos conviver, sim, dentro da legalidade. Dentro da legalidade os dois, obviamente, podem conviver!

Em uma reunião, quando o Governador anunciou o veto ao projeto de lei, estava presente a presidente do sindicato, vários taxistas – estou vendo aí o Araújo, o Gutemberg estava presente, o próprio Daniel Mangabeira, o Léo estava presente, o Sérgio, cadê o Sérgio? O Sérgio estava presente, o Daniel, representando o Uber. Havia representantes do Easy Taxi e do 99Taxis.

O Secretário Marcos Dantas disse que nós podemos fazer parte desse projeto. A Secretaria de Mobilidade, anteriormente, disse que esse projeto que nós apresentamos é pernicioso. Pernicioso é tentar pacificar? Será que pernicioso é tentar colocar dentro da legalidade todos aqueles que querem trabalhar? Se isso é pernicioso, eu vou defender até o fim. Eu vou até o fim! (Palmas.)

O que eu não posso aceitar, mais uma vez, são as injustiças. Não podemos aceitar injustiças. O Brasil chegou onde está porque infelizmente grande parte da classe política – eu digo grande parte porque acredito que todos os Deputados que estão aqui não fazem parte dessa classe – fecha os olhos para as desigualdades e só olha, como dizem, tentando buscar aplauso fácil.

Para concluir, eu quero entregar ao Secretário de Mobilidade o próprio relatório que a secretaria dele me encaminhou, nas mãos dele, para que analise esse projeto. Eu acredito que esse projeto consegue nos unir. Aqui nós estamos divididos por um corredor. Esse anteprojeto de lei que foi amplamente discutido com a categoria – pegamos insumos nas reuniões que foram feitas com o Governador – ajuda as duas coisas. Ele tem como objetivo comum melhorar a prestação de serviço à sociedade.

Aqui não é um campo de batalha. Taxista precisa ser valorizado. Infelizmente aquilo que a gente vê na televisão, as agressões, eu não concordo com isso. A profissão de taxista, amigos, precisa ser valorizada e a população precisa ter um atendimento melhor.

Que Deus os abençoe. Muito obrigado. Eu peço desculpas por ter que sair. Tenho uma reunião com a Procuradora Geral do Distrito Federal, mas se der tempo eu retorno.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vou passar a palavra ao André de Oliveira. Ele tem hora marcada para voltar ao Rio de Janeiro. Certamente o senhor vai de taxi daqui para o aeroporto.

SR. ANDRÉ DE OLIVEIRA – Eu vou de táxi daqui para o aeroporto, com certeza, que é o transporte legalizado. Não tenho dúvida.

Sobre as considerações diretas ao projeto, peço aos Deputados que prestem bastante atenção. Na primeira fala do defensor do Uber, o Mangabeira – dá logo a Mercedes para ele porque ele defendeu muito bem –, lá no Rio de Janeiro essa não é a realidade de um motorista Uber. O Uber Black começou muito bem, os primeiros motoristas fizeram uma série de reuniões. Quando eles soltaram o UberX, tem motorista lá vendendo Corolla desesperado, com carnês enormes para pagar, que parecem uma Bíblia.

Esse projeto não dá garantia nenhuma para o trabalhador. Eu sei de longe que vou conseguir apoio aqui desses caras. Eles não vão entender, claro, são incautos, são pessoas que estão desempregadas. A fala do Dr. Mangabeira diz o seguinte: transforme o transporte individual num bico. Parece que a ideia inicial do Uber é a seguinte: você é ex-bancário, foi demitido, tem um carro legal. Vai lá, pega uma autorização, trabalha um tempo durante um ano até voltar ao mercado. Ou você trabalha no Parlamento terça, quarta e quinta; nas segundas e sextas, ou no final de semana, trabalha.

Estudos no mundo inteiro indicam parcelas de motoristas Uber que se dedicam 40 horas. Você não tem uma tabela de motoristas? Isso aí é divulgado na internet. Você tem 10 a 15 horas por semana, há pessoas que se dedicam de 40 a tantas horas por semana – estou chutando os números. Há estudo de uma revista norte-americana que mostra pesquisas com motoristas parceiros. Hoje há uma página na internet chamada Uber Freedom, no Facebook, que está com 23 mil

motoristas parceiros insatisfeitos devido a regulamentações malfeitas.

Desculpem-me quem é a favor desse Governador Rodrigo Rollemberg, não o conheço pessoalmente, nada pessoal, mas esse projeto é daquele tipo escândalo, porque ele não dá a opção para o consumidor pagar em dinheiro. Sabem por quê? Se ele pagar em dinheiro, é a garantia que a empresa Uber tem de retirar os 20% dele ou qualquer outra empresa de ganhar comissão. Aqui ninguém é bobo, isso fere princípios constitucionais. Todo mundo é obrigado a aceitar moeda corrente. Por que não nesse sistema?

O motorista trabalharia ali e ganharia. A empresa fornece a tão maravilhosa tecnologia, mas não é maravilhosa, não. Essa tecnologia é muito bem plagiada do sistema de táxi que a gente usa desde 2012. Apareceu em 2014 com historinha de inovação para inglês ver, é só para bobo.

O Deputado Chico Vigilante, tenho certeza, é um cara que veio do povo e conhece o trabalhador no dia a dia, assim como os Deputados aqui. Olha, o que mais revolta o brasileiro hoje é ver esse sistema de política, porque fazer lei para rico é mole. Eu quero ver fazer lei para trabalhador, que dê oportunidade de o cara se defender. Essa lei, por mais que vocês amem o Uber, não defende o trabalhador. A realidade do taxista, do parceiro Uber em Brasília, é diferente do parceiro Uber em outros estados.

Nós estamos diante de um caso atípico. Parabéns a você que é uma exceção a essa regra. No Rio de Janeiro há vários amigos meus, ex-taxistas, nesse sistema e eles estão dizendo que é muito ruim. Eles são obrigados a se submeter a fazer isso para conquistar mercado. É a grande verdade. Desculpem-me, mas eu tenho que falar. Eles têm que ganhar mercado, sim, porque são ilegais. Se tiverem uma conduta diferente, não conseguem trabalhar. Esse tipo de coisa, eu acho que o povo tem vontade de falar, mas poucas vezes tem oportunidade de chegar aqui.

Eu não posso me exceder. Quero agradecer por esse debate enriquecer. Tem um monte de robô no Google, você paga lá no *wideworld* e ele faz aquilo ali facinho. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, André.

Companheiros, deixem-me falar uma coisa. Pessoal, cada companheiro aqui vai falar no seu tempo. Não vai ter diálogo paralelo. Os representantes do governo estão na Mesa e em seguida terão todo o direito de falar.

Vamos ouvir agora o Sr. Júnior Carvalho, da Associação de Taxistas de Taguatinga – Ativitaxi, por três minutos.

SR. JÚNIOR CARVALHO – Quero saudar a Mesa. Como meu tempo é breve, eu vou falar rápido aqui.

Um Deputado falou que nós prestamos um serviço diferente. Não concordo. Passageiro e prestador de serviços. A fiscalização para o taxista é uma, e para o Uber é outra. Como é isso? Por exemplo, o taxista é obrigado, de acordo com essa lei, a cumprir a lei do Uber. O Uber é obrigado a apresentar a mesma documentação. A empresa que presta serviço de táxi ou a empresa que irá prestar serviço *on-line* apresentam a mesma documentação. Gente, não estamos falando aqui de serviços diferentes. Deputado, o senhor está enganado, é o mesmo serviço.

Não somos taxistas, somos cumpridores de leis. Há uma legislação sobre transporte remunerado de passageiro público e privado, e essa legislação é apelidada de táxi. É isso o que acontece, simplesmente isso. Não sou contra você, motorista Uber. Você é um cidadão brasileiro, precisa ser respeitado. Eu também sou um cidadão brasileiro e preciso ser respeitado.

O que está acontecendo aqui é que na minha profissão, a legislação do meu país... Democracia não é só ouvir, é também cumprir leis. Nós temos legislação sobre transporte remunerado de passageiros. E ponto. Viu, Sr. Mangabeira? Temos essa legislação. Transporte particular é uma coisa, transporte remunerado de passageiro público e privado é outra. Nós queremos simplesmente o cumprimento da lei. Queremos só isso. Mais nada do que isso, cidadãos.

Nós temos fiscalização. Se não ligarmos o taxímetro, há uma multa de quase 400 contos. Temos uma legislação que só pune o taxista, sendo que as empresas simplesmente serão beneficiadas com isso. Gente, quando o nosso Deputado Rodrigo Delmasso apresentou um projeto de lei, foi para que nós trabalhássemos junto com os motoristas da Uber. O que acontece? O Deputado quis adaptar a legislação atual que é transporte melhor para o passageiro para que todos trabalhassem juntos. Foi isso que aconteceu. Vocês têm que entender isso. Nós não estamos aqui para brigar com você, não, cidadão que presta serviço à Uber. Nós estamos aqui para pedir que nosso direito seja respeitado. É isso o que nós estamos pedindo. Não existe criar outra modalidade. Já temos uma legislação. Um advogado, quando se forma, se não conseguir a licença da OAB, ele não trabalha na área. Sabe o que é isso? É monopólio? Não! É legislação. Tem que ser cumprida. Se nós começarmos a derrubar legislações, o que vai acontecer? Eu tenho vontade de ser delegado federal. Vou lá apresentar meu currículo. Para a Polícia Federal? Não, porque eu tenho um app aqui e vou apresentar? Não! Temos que cumprir a legislação. Eu não sou taxista. Sou um cumpridor de leis e exijo que a lei neste país seja cumprida. Não é só ouvir; é cumprir!

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro.

Vamos ouvir agora o Sr. Jacy Sathler Garcia Hübner. Depois, vamos ouvir o Sr. Leopoldo Rodrigues, Presidente da Coobras.

SR. JACY SATHLER GARCIA HÜBNER – Primeiramente, quero dizer que vim aqui não para discutir com ninguém nem para bater boca nem para falar que esse ou

aquele é melhor. Acho que todos estamos aqui para prestar um serviço de qualidade para a população. Do mesmo jeito que fazemos esse serviço da Uber, creio que há muitos taxistas que são excelentes profissionais e tenho certeza de que não perderam nem uma grama do seu mercado por nossa causa porque também prestam um serviço de qualidade.

A Uber é uma empresa séria. Ela veio para fazer uma mudança muito grande na minha vida. Já sou motorista profissional há 22 anos. Já rodei por esse país todo na boleia de um caminhão. Passei 30, 40 dias sem ver minha família. Conheço a realidade da profissão.

Nos últimos 8 anos, tenho trabalhado como prestador de serviço a executivos aqui em Brasília, empresários etc. Com a chegada da Uber, passei a prestar esse serviço com excelência também à população. Com esse serviço de transporte, abri uma nova oportunidade para melhorar a minha vida financeira e o meu convívio familiar.

A empresa usa de vários métodos, tanto para ajudar a população como também para ajudar os parceiros. Usa medidas para o nosso melhor ganho e sempre para o melhor atendimento. Hoje, graças a Deus, posso passar todas as noites com a minha família e posso acompanhar o crescimento dos meus filhos. Estou aqui para brigar por um direito a prestar um serviço, a ter a minha renda. Não quero atrapalhar ninguém.

Obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Jacy.

Concedo a palavra ao Sr. Leopoldo Rodrigues, Presidente da Coobras Radiotáxi.

SR. LEOPOLDO RODRIGUES – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, especialmente o Deputado Chico Vigilante, nosso vizinho do P Sul, uma pessoa que conhece a realidade do trabalhador.

Eu não poderia deixar também de fazer uma menção aqui ao nosso amigo Diniz, taxista há mais de vinte anos, que foi brutalmente assassinado e teve o corpo desovado lá no P Sul, Deputado Chico Vigilante, área onde a Uber não entra, área onde a Uber não vai servir a população.

Senhores, eu poderia gastar esses meus três minutos demonstrando, de formal cabal, a grande mentira, o grande engodo que é essa tal de Uber, que não passa de uma pirâmide, que não passa de tantos casos (ininteligível) que surgem nos Estados Unidos e são trazidos para o Brasil e, depois, se revelam o maior engodo.

Eu poderia dizer da grande mentira que é a tarifa dinâmica, que acaba cobrando, em determinados momentos, a seu bel-prazer, três vezes a mais até do

que a tarifa normal, como aconteceu não só na greve do metrô de Londres, mas também aqui no evento do *Rock in Rio*.

Eu poderia dizer dos problemas que a Uber traz para a sociedade como, por exemplo, na hora que não lhe interessa, recolher os seus carros e não os colocar na rua atendendo a bel-prazer.

Eu poderia gastar meu tempo dizendo que essa categoria, que serve ao Distrito Federal há mais de cinquenta anos, desde quando esta Capital foi fundada, presta serviço de qualidade. Temos problemas como qualquer outra categoria, mas estamos aqui diuturnamente, sob sol e sob chuva, prestando serviço de qualidade.

Eu poderia trazer aqui para vocês todo o caos que provocou essa Uber por onde ela passou, porque, como Diretor do Sindicato e participante da Organização das Cooperativas do Distrito Federal, eu tive a oportunidade, Deputado e Secretário, de visitar Lisboa, de visitar algumas cidades do mundo, onde essa Uber passou e deixou um rastro de destruição.

Eu vou dizer o seguinte, Deputado Chico Vigilante: eu gostaria que o governo, por meio do Secretário de Mobilidade e desta Casa, lançasse seus olhos para o lado social, para o estrago social que esse aplicativo e esse projeto de lei, da forma como está, se for aprovado, vão trazer para a nossa categoria.

Secretário Marcos Dantas, com todo o respeito, se esse projeto de lei tivesse sido aplicado quando o Sr. Alencar, seu pai, foi taxista, certamente o senhor não seria o que é hoje, porque ele não conseguiria sustentar a família, não conseguiria promover o bem-estar da família e o crescimento da comunidade, porque o que esse projeto de lei traz é a destruição da categoria dos taxistas, lançando mais de 6 mil trabalhadores ao desemprego.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado. Eu vou passar a palavra, para uma saudação breve, ao Deputado Prof. Israel. Fale daqui ou de lá, como achar melhor. Em seguida, vai falar o Sr. Rogério Freitas.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (XXXX. Sem revisão do orador) – Deputado Chico Vigilante, eu quero parabenizar V.Exa., o Deputado Julio Cesar e a Comissão de Defesa do Consumidor. Esse é um debate muito importante.

Quero cumprimentar a Mariazinha, que está representando os taxistas; o Daniel, que vem tratar do sistema Uber; o nosso Secretário Marcos Dantas – estamos com saudade de você aqui, sempre, seja sempre bem-vindo; os Deputados e as autoridades presentes.

Nós não desejamos a proibição de nenhum modelo de mobilidade que vise à melhoria da locomoção nos espaços urbanos. Nós temos um problema sério em todas as cidades do mundo: o problema de mobilidade urbana; e nós precisamos valorizar soluções, precisamos valorizar possiblidades de diminuir esse problema.

Nós desejamos regulamentar esse serviço. Nós hoje vivemos num mundo que cada vez mais depende da economia criativa, e essa economia criativa surge, geralmente, em momentos de crise, quando as pessoas são impulsionadas a buscar soluções para os problemas como emprego, moradia, mobilidade e alimentação.

No Brasil, hoje, a economia criativa mobiliza uma pequena parte do PIB – Produto Interno Bruto –, apenas 2,6% do nosso PIB. É o motivo que nos faz ser tão diferentes de outros países. A Grã-Bretanha, por exemplo, só não teve crise econômica por conta da economia criativa, que foi a locomotiva da economia na Inglaterra.

Diferente de tudo isso, no Brasil, nossa economia criativa não prospera porque somos um país apegado à burocracia, apegado às corporações – um país que coloca em último lugar o interesse do consumidor, da sociedade, do usuário, da população.

O Estado não consegue acompanhar a velocidade do crescimento de uma economia que é baseada em ideias, em neurônios, em tecnologia, em *bytes*. O nosso Estado não consegue acompanhar isso, porque é engessado, paquidérmico, imenso, desnecessário. Talvez seja esse o motivo pelo qual essa economia não progrida no Brasil. A burocracia é considerada mais importante do que soluções para os nossos problemas práticos. Diferente de muitos serviços, a regulação das empresas que trabalham com a criatividade é realizada pelo consumidor, que se diz satisfeito ou não. Dentro dessa perspectiva, será que, se os nossos meios de mobilidade fossem avaliados diretamente pelo consumidor, eles seriam aprovados? Essa é a pergunta. Mas, no Brasil burocrático, o último a ser levado em consideração é a sociedade, sempre a última.

Esse é o momento para discutir a qualidade dos serviços prestados. Se nós estivéssemos satisfeitos com o que existe hoje, provavelmente esse debate não estaria acontecendo, Deputado Roosevelt Vilela. Fato é que não estamos satisfeitos. (Palmas.) Se, de fato, déssemos, com os atuais serviços, a devida prioridade ao cidadão, certamente não haveria espaço para o surgimento de soluções criativas, tais como as que surgem agora. (Palmas.)

Sobretudo precisamos defender o direito de escolha do usuário. O usuário precisa ter a liberdade para decidir como ele quer se locomover pela cidade. O fato de estarmos aqui debatendo um novo serviço representa o reconhecimento da necessidade de modernização dos serviços e o avanço da tecnologia em benefício da sociedade.

A legislação primeiramente deve atender ao interesse de sua majestade, o povo. É o povo quem precisa ter o seu interesse atendido sobre quaisquer outros interesses. A população precisa desse entendimento por parte do governo e dos governantes. A legislação tem que ser atualizada e tem que acompanhar o desenvolvimento da sociedade.

É isso o que nós defendemos, Deputado Chico Vigilante. Eu agradeço-lhe e parabenizo-o por ter feito esse encontro. Vejo que esse debate está sendo um debate muito qualificado e acho que é o mais proveitoso de todos os debates que já ocorreram nesta cidade. Parabéns. (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, deixa eu dizer uma coisa. Aqui as pessoas falam o que querem. Vocês estão ouvindo. Ao final, nós vamos ter uma conclusão no dia da votação.

Concedo a palavra ao Sr. Rogério Freitas. Em seguida, ao Sr. José Araújo, Presidente da Associação dos Taxistas.

SR. ROGÉRIO FREITAS – Em primeiro lugar, boa tarde a todos. Até fevereiro deste ano, eu exercia outra atividade. Eu trabalhava numa empresa terceirizada, prestava serviço ao DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Por consequência da crise econômica, começou a faltar trabalho, e essa empresa começou a jogar algumas indiretas de que iriam ter que demitir as pessoas.

Surgiu, então, a Uber. Através de um amigo, fiquei sabendo e, desde então, me cadastrei, providenciei meus documentos e entrei na Uber. Graças a Deus, deu tudo certo. Eu estou na Uber desde fevereiro, há dez meses praticamente. A Uber foi sempre correta comigo. Graças a esse trabalho, eu estou podendo manter o meu filho, as minhas contas em dia.

Não é somente, eu tenho certeza de que centenas de outros motoristas do Uber tem o mesmo problema e estão tendo o mesmo benefício que eu estou tendo. Se acaso não houvesse a Uber, provavelmente eu estaria desempregado. Eu não sei, talvez eu poderia arrumar outra coisa, outra situação. Mas o que surgiu para mim foi a Uber, e eu dou graças a Deus a isso.

Eu estou falando não é de questão de carro, isso ou aquilo, não. Acho que o que tem que ser beneficiado nesse ponto é o consumidor. O consumidor tem o direito de escolher: se quer ir de táxi, vá de táxi. Acho que tem espaço para todos trabalharem. Tem espaço para a Uber, tem espaço para o táxi. A Uber não vai tirar o espaço do táxi.

Esse projeto tem que ser aprovado não em benefício do meu trabalho ou do taxista, mas, sim, do consumidor, que vai poder optar pelo serviço que quiser pagar. É só isso que eu gostaria de falar. Quero deixar bem claro que eu pago 20% do que eu faturo, com a maior satisfação, à Uber. Se eu tiver de pagar 200 reais, eu ganhei quatro vezes mais do que isso. Então, para mim, está ótimo.

Eu tenho certeza de que muitos taxistas que hoje optaram pela Uber é porque não tinham permissão para a placa, pagavam, talvez, 150, 180 reais pela diária. Eu nunca cheguei a pagar essa quantia para a Uber. Você pode ter certeza.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Vamos ouvir agora o Sr. José Araújo, Presidente da Associação dos Taxistas do Distrito Federal.

SR. JOSÉ ARAÚJO – Boa tarde, Deputados. Cumprimento, com muita alegria, todos os amigos taxistas, os motoristas parceiros da Uber. Infelizmente, a Uber não é parceira de vocês.

Sr. Secretário, eu quero começar falando ao Deputado e, claro, aos Secretários um pouquinho a respeito da lei. A Lei 5.323 diz o seguinte: "Art. 5º A autorização para prestação do serviço de táxi no Distrito Federal depende de aprovação em processo seletivo, conforme edital a ser publicado pela Secretária de Estado de Transportes, obedecidos os critérios, regras e requisitos de seleção estabelecidos no regulamento.

Art. 6º O edital de seleção para prestação do serviço de táxi, além de outros requisitos nele especificados, deve exigir que os interessados atendam os requisitos dispostos nos arts. 8º e 9º.

Art. 7º As autorizações para prestação do serviço de táxi são expedidas com a observância da seguinte proporcionalidade:

I - noventa por cento para os profissionais autônomos;

II - dez por cento para as pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Do total das novas autorizações expedidas, no mínimo um por cento é destinado ao serviço de táxi adaptado."

Eu tenho aqui, Deputado Chico Vigilante, uma série de documentos que foram entregues para Deputados, inclusive à Câmara Legislativa, à Secretaria de Mobilidade, à Secretaria de Segurança, à Secretaria de Relações Institucionais e nas mãos do próprio Governador pedindo a fiscalização do transporte pirata – isso no primeiro mês de governo –, pedindo as liberações das novas autorizações para os motoristas auxiliares, conforme a lei está dizendo.

Eu falei com as Secretarias de Mobilidade, de Segurança e de Relações Institucionais a respeito da falta de segurança que nós taxistas vivemos no Distrito Federal. Entreguei sugestão de projeto à Câmara Legislativa, à Presidência da Câmara Legislativa pedindo que fosse liberado para que nós pudéssemos usar, nos nossos carros, como sistema de segurança, uma câmara de segurança, por exemplo. Porque o que está acontecendo é a violência generalizada em nosso meio. Como já foi citado, um colega nosso foi assassinado, e, com dificuldade, foi encontrado o seu corpo. Nós precisamos de segurança.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Araújo.

Vamos ouvir agora a Fernanda Fernandes Reis, do Instituto Liberal do Centro-Oeste.

SRA FERNANDA FERNANDES REIS – Boa tarde a todos. Eu agradeço a oportunidade de haver esta audiência pública, agradeço a todos os Deputados que estiveram presentes E agradeço a todos os convidados da Mesa pela fala.

Represento o Instituto Liberal do Centro-Oeste. Dessa forma, estou aqui representando também parte da população do Distrito Federal e, como tal, neste discurso, eu me encontro como consumidora. Em meu caso específico, como consumidora, todas as vezes em que tentei contato com o táxi para me buscar na minha casa, em Vicente Pires, esperei de quarenta minutos a uma hora para depois ligar na central e falarem que os taxistas haviam desistido da corrida porque não haviam encontrado o endereço. Isso nunca ocorreu com o Uber.

(Manifestação na galeria.)

SRA FERNANDA FERNANDES REIS – Vejo os taxistas falando contra o projeto de lei, mas sou contra ele por um motivo completamente diverso, diferente. Sou contra o projeto de lei porque ele praticamente extingue o Uber X, que é o jeito que eu e várias pessoas das outras cidades temos de pegar o Uber e...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, ninguém vai interromper a fala da Fernanda. Toda vez que interromperem a fala da Fernanda, eu paro o tempo. E ele está parado. A Fernanda ainda tem um minuto e onze segundos. Portanto, ela vai utilizar um minuto e onze segundos que tem. Se interromperem de novo, eu paro de novo. Fernanda.

SRA FERNANDA REIS – Muito obrigada, Deputado.

O Uber é a forma que temos de transitar à noite, quando queremos beber. Eu não pago cem reais por uma corrida de táxi. No Uber, eu pago a metade. Isso significa, sim, que temos mais pessoas bebendo em bares; significa, sim, que os bares provavelmente estão arrecadando mais. Isso gera economia. Temos várias pessoas que estavam desempregadas e que agora são motoristas, estão recebendo dinheiro.

Eu estou aqui defendendo a liberdade. Não só o direito de escolha, a liberdade de escolha, mas o livre mercado. Essa é a fala do Instituto Liberal do Centro-Oeste.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Fernanda.

Vou passar a palavra agora, para uma saudação, ao nosso Deputado que é integrante da carreira do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o Deputado Roosevelt Vilela.

V.Exa. está com a palavra.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Obrigado. Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Chico Vigilante, que preside esta reunião; nossos taxistas; nossos integrantes do Uber; nosso Secretário Marcos Dantas, a quem aproveito a oportunidade para saudar e cumprimentar pelo brilhante trabalho feito à frente da Secretaria de Mobilidade; nosso Subsecretário Roberto; nosso Deputado Julio Cesar, Líder do Governo; nossa amiga Mariazinha, Presidente do Sindicato; Deputado Rafael Prudente; Deputado Prof. Israel e todos os presentes.

No início desta tarde, quando cheguei aqui, eu ainda estava em dúvida com relação ao projeto, mas, ouvindo ambas as partes, os parlamentares, a apresentação do Roberto, acredito que consigo emitir um juízo de valor. Falo com muita tranquilidade, porque esta é a Casa do povo e temos que ter maturidade para ouvir. Os Parlamentares, tanto quanto os outros integrantes, têm também que ter maturidade para se expressar e defender aquilo em que acreditam. Quando você defende o que acredita, como Parlamentar, está defendendo a vontade da população.

No *site* da Câmara Legislativa do Distrito Federal, há uma enquete, e ela representa a vontade da população. Essa enquete tem legitimidade e tem credibilidade. Quando vemos que 97% da população defende a aplicação do Uber, devemos considerar os fatos. E olhem que não foi meia dúzia de pessoas que participou dessa enquete, foram 120 mil pessoas.

Outra questão que devemos considerar é a livre iniciativa. Secretário, eu até me atrevo a dizer que o Estado está proibido de proibir, porque, no momento em que ele proíbe uma iniciativa dessa, está proibindo a livre iniciativa, ele está proibindo a concorrência franca. E, se o Estado não regulamentar, aí, sim, haverá desigualdades.

A colega falou há pouco que é a favor do Uber X, mas perguntei a respeito ao Secretário, e essa modalidade do Uber não foi contemplada no projeto justamente para preservar a categoria, a faixa onde os taxistas trabalham, para não haver concorrência. O Uber vem para atender a um outro tipo de cliente, uma outra categoria. É como a colega falou. Ela exemplificou vários fatos.

Outra questão que devemos levantar e que eu observei aqui é que um colega taxista disse que os taxistas hoje possuem todos os recursos tecnológicos que o Uber oferece. Aí vem a pergunta: se os nossos taxistas, que desenvolvem um brilhante trabalho na nossa sociedade, oferecem os mesmos serviços que o Uber vem oferecendo, por que a categoria do Uber tem conseguido se sobressair? Por quê? Porque é um serviço que tem conseguido se diferenciar. Essas são questões que devemos observar.

Então, Secretário, defendo a aplicação, votarei a favor e tenho certeza de que esta Casa irá aprovar o projeto o quanto antes. Rogo ao nosso Líder do Governo

e Relator do projeto que, com a maior brevidade possível, apresente o relatório para vir a plenário.

Com relação à Constituição – eu já estava esquecendo –, ela defende a livre iniciativa e a concorrência ampla. Nós devemos, sim, defender e aplicar o Uber.

(Manifestações da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deixem-me falar uma coisa para vocês. Esse debate é para vocês conquistarem o voto dos Deputados. Os Deputados vão falar, o Relator está anotando tudo e, depois, no dia da votação, a galeria desta Casa estará aberta para que todos vejam como os Deputados irão votar. Mas neste momento, vamos respeitar a opinião de cada um que está falando. A grande importância deste debate e talvez a maior importância do projeto é que hoje temos uma atividade legal, que se submete a todas as fiscalizações do governo, e temos outra atividade que não está respeitando a legislação. Esse é o debate que está sendo travado. Por isso ele é importante. Ao final, vamos chegar à conclusão do que é melhor. A cidade de São Paulo já chegou a uma conclusão. Brasília chegará também, ouvindo todos.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Deputado Chico Vigilante, para concluir, eu quero dizer que sou militar e defendo a legalidade, fui criado nas regras. Como o colega apresentou a Constituição, a gente tem que dizer o seguinte: o Código Nacional de Trânsito transferiu ao Governo do Distrito Federal a competência para legislar sobre esse tipo de matéria.

Eu acho que, na verdade, a regulamentação, a legalização do Uber vai defender os taxistas. Eu vou dar um exemplo: se nós tivermos uma lanchonete no meio do mato, ela não vai ter nenhum cliente, mas, se criarmos uma praça de alimentação nessa região, com certeza, em um primeiro momento, esse empresário vai se sentir coagido. Mas, muito pelo contrário, aquilo vai atrair mais clientes. Então, eu tenho certeza de que o Uber vai contribuir, sim, para que os passageiros do Distrito Federal possam utilizar de forma ampla esse tipo de transporte – não só do Uber, como também dos nossos taxistas.

Eu espero que vocês compreendam o meu posicionamento. A gente vem aqui com a coragem de se expressar, de defender aquilo em que acredita. Outros Parlamentares vão pensar diferente, e nem por isso nós deixamos de ser amigos. Não deixamos de ser amigos de taxistas, não passamos a ser mais amigos dos colegas do Uber. Mas nós defendemos, sim, aquilo em que nós acreditamos, aquilo que achamos que é importante.

Como o nosso Deputado Raimundo Ribeiro bem falou aqui, nós defendemos os interesses da sociedade, do cidadão. E o cidadão falou através da enquete: ele quer concorrência, quer um serviço a contento. E nós estamos apenas dando a ele a opção: aqueles que desejarem continuar com o serviço de taxista irão continuar.

Mais uma vez quero agradecer a presença de todos. Espero ter contribuído com o processo de discussão.

Secretário, meus parabéns. Desejo todo sucesso para você!

Um abraço a todos.

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, deixa eu colocar uma coisa para vocês: nós combinamos aqui que ninguém vai vaiar ninguém, está certo? Que não vai haver vaia. Depois os Deputados vão se manifestar no voto, e vocês vão ter o momento em que vão se manifestar no voto também.

Vamos ouvir agora o Sr. Sérgio Aureliano e Silva, do sindicato dos taxistas.

Vamos ouvir com todo o respeito o Sérgio, por três minutos.

SR. SÉRGIO AURELIANO E SILVA – Eu quero cumprimentar todos da Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante.

Eu vi muitas coisas aqui: o pessoal do Uber parece que é de uma seita, não é? Todo mundo: "Ah, eu estava desempregado, eu não tinha o que fazer, a Uber me acolheu e agora arrumou a minha vida". Foi o discurso que eu ouvi todos aqui fazerem.

Eu ouço muito o pessoal falar em Uber. Uber é muito fácil, gente. Se eu fizer uma propaganda – "táxi amanhã em Brasília, 50% de desconto" ou "na primeira corrida você vai ter 50 reais de graça" –, quem é que vai falar mal do táxi, pelo amor de Deus? É o que a Uber faz, gente. Ela dá 50 reais, na primeira corrida, para as pessoas, e as pessoas vão falar mal? Eu pego 50 reais, vou para a minha balada, num Corolla, de graça, e volto para a minha casa. Acabam os meus 50 reais, eu não uso mais, porque aí acaba a graça. Então, gente, essa propaganda de que a Uber faz, que a Uber resolve, isso não existe.

Nós estamos na praça há muitos anos. Meu pai entrou na praça em 1979, e em 1992 eu entrei. Amo a minha profissão e sei o que é ser um taxista, trabalhar 24 horas para pagar um carro, gente. Vocês têm um carnê grande para pagar? Nós também temos, só que nós somos legalizados. A categoria está reclamando porque eu estava na minha casa, o cara chegou: "Dá licença do sofá, amigão! Me dá o controle, que agora eu é que mando!" É o que a Uber está fazendo com a categoria.

Aí vêm as autoridades – me desculpe, Deputado – falar que a gente tem livre escolha. Livre escolha? Um cara sai de casa e fala: "Eu vou vender maconha, eu quero vender maconha". É proibido? É, gente. Então, se é ilegal, a gente tem que corrigir a ilegalidade deste País. O usuário tem direito de escolha? Então, eu também tenho o direito de fazer isso.

Vamos parar de demagogia. Eu acho que cada qual tem o seu ponto de vista, mas a gente tem que olhar que, se colocarem o Uber nesse projeto que o governo mandou, ele não vai ter limites. Multiplica cinco vezes 3.400 e bota 20 mil carros em Brasília para fazer transporte remunerado de passageiros, que você vai arrumar passageiro onde? Eu quero perguntar a vocês onde é que vocês vão arrumar tanto passageiro para tanto táxi! Não adianta!

Nós temos 2 milhões de carros em Brasília. E 2 milhões vão para a Uber porque a Uber vai dar dinheiro? A Uber não dá dinheiro, não, gente. Se você ficar sem pagar a sua prestação, a Uber não está nem aí para você. Você vai ter que ficar 24 horas trabalhando para pagar o seu sustento, e não vai dar conta. Porque, quando chegar o dia de você pagar a sua prestação, o Mangabeira não vai lhe dar o dinheiro, não, amigão. Ele vai querer seus 20%, ele já vai ter pegado os 20% e botado no bolso.

Então, quando você for pagar a sua prestação, daqui a três meses...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro.

Nós vamos ouvir agora o Gabriel Oliveira. Em seguida, uma saudação do Deputado Rafael Prudente.

Concedo a palavra ao Sr. Gabriel Oliveira.

SR. GABRIEL OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Boa tarde, nobre Deputado. Obrigado pela oportunidade.

Faz um pouco mais de um mês que estou na Uber, como parceiro, e eu tenho um breve relato aqui. Eu não estava desempregado – respondendo à pergunta. Eu estou muito satisfeito com a minha parceria com a Uber. Eu tenho escutado de muitos passageiros que andam comigo que eles estão muito satisfeitos com o serviço que os nossos parceiros têm prestado a eles.

Eu escutei de alguns passageiros – que não entraram no mérito, mas me disseram isso – que eles não usam o serviço de táxi. Eu não vou entrar no mérito, no porquê disso.

Fora o que eu escutei de todos os passageiros, eu gostaria até de repetir aqui a fala de alguns colegas e de alguns Deputados também, que comentaram algo parecido com isso: o mais importante de tudo aqui é que a gente defenda a decisão da população. A Câmara Legislativa tem que buscar o melhor para a população, para o povo, para as pessoas de Brasília.

Então, como parceiro da Uber ou não – pode ser que amanhã eu não seja mais parceiro, e pode ser que eu continue por longos anos –, independentemente disso, que a gente procure atender ao que a população precisa para que ela seja bem servida.

Obrigado mais uma vez pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Gabriel Oliveira.

Concedo a palavra, para uma saudação, ao Deputado Rafael Prudente. Em seguida, falará o Sr. José Silva Nascimento, que é Presidente da Associação dos Taxistas de Brasília.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Primeiro, boa tarde a todos. Faço um cumprimento a todos da Mesa, aos Deputados e àqueles que passaram por aqui também.

Eu quero dizer a vocês, pessoal, que todo mundo aqui vai ter oportunidade de se expressar – se não for agora, pode ser em outro momento. Esse debate apenas começou.

A sessão legislativa se encerra agora no dia 15 de dezembro. Não sei se o Relator terá prazo suficiente para apresentar esse projeto e colocá-lo em votação. E muito me preocupa colocá-lo em votação ainda esse ano, pois corremos o risco de votar o projeto de forma açodada, sem conseguir fazer a apreciação como deveria ser.

Mas eu fico feliz aqui, Deputado Chico Vigilante, porque nós estamos diante de uma só categoria: de trabalhadores que querem uma oportunidade de crescer na vida, uma oportunidade de trabalhar. Os taxistas querem a oportunidade de manter o seu trabalho, a sua remuneração, a dignidade da sua família.

Eu tenho certeza de que, após todo esse debate, quando nós apreciarmos a lei, sairemos todos vencedores. A população, tenho certeza de que vai ser muito bem atendida; o governo vai ser atendido; a Câmara Legislativa vai ser atendida; os motoristas do transporte executivo de passageiros serão atendidos; e também os taxistas.

Eu não poderia perder a oportunidade aqui, já que estamos no debate, aproveitando a presença do Secretário de Mobilidade Marcos Dantas, de fazer um pedido... Até porque estou aqui mais para ouvir, gente. Vim aqui para ouvir e depois fazermos um juízo de valor e votarmos um projeto bem feito para toda a categoria, para toda a população. Eu quero aproveitar a oportunidade para saber do secretário a respeito do 13º dos taxistas, a bandeira dois que, historicamente – inclusive já conversei com o secretário a respeito da bandeira dois –, há anos acontece, não só em Brasília, mas também em vários estados.

Eu tenho certeza de que não só aprovaremos uma lei boa para todos, como também tenho certeza de que o secretário vai ver essa situação do 13º dos trabalhadores. Também vai ver uma coisa da qual não podemos nos esquecer que é cuidar daqueles taxistas que trabalham atrás de um volante há mais de trinta anos e ainda não tiveram a oportunidade de ter a sua concessão e o seu carro.

Então, eu tenho certeza de que nós resolveremos os problemas desses profissionais, dos taxistas que já têm a sua placa, também da população e dos motoristas do Uber. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, vamos ouvir o Sr. José da Silva Nascimento. (Pausa.)

Tendo em vista que o senhor José da Silva Nascimento saiu, e nós temos que dar igualdade de oportunidade, vai falar outro companheiro no lugar do José da Silva defendendo a mesma tese dele. Ele vai se identificar para o serviço de Taquigrafia e defender a tese do taxista.

Portanto, você está com a palavra, identifique-se. São três minutos.

SR. JOSIMAR DE SOUZA ALVES – Boa noite a todos. Serei bem rápido. Boa noite à Mesa. Meu nome é Josimar de Souza Alves, taxista há nove anos, com experiência comprovada.

Aqui têm vários taxistas. O que a gente está passando para todos do Uber é que o sistema não é sustentável. Existe uma ilusão muito grande. Esse aplicativo... Senhor Dantas, por favor, desculpe-me por mencionar o seu nome. A gente se preocupa é com a quantidade de carros. Essa quantidade de carros vai eliminar todo o sistema de transporte individual, não tenho dúvida disso. Hoje é o Uber; amanhã é outro tipo de aplicativo; depois de amanhã, é outro tipo de aplicativo. Se a Secretaria de Mobilidade Urbana libera para o Uber, abre brecha para liberar para outros aplicativos, e vamos ficar todos chupando o dedo.

A profissão de táxi é regulamentada, é uma profissão. Ninguém está aqui, gente, para ir contra o Uber. O Uber é apenas um aplicativo. A gente não pode esquecer que o Uber é apenas um aplicativo. Tem que ser determinada uma quantidade de carros para que o sistema não acabe. O sistema de transporte individual vai acabar da forma como está suposto no projeto.

Eu queria deixar bem claro que têm motoristas auxiliares que estão há muito tempo almejando uma permissão de táxi, que trabalham de aluguel, e esse serviço de transporte executivo deveria ser passado para essas novas autorizações.

A concorrência tem que existir, respeitando todo o direito do consumidor, mas ela tem que existir de forma legal. Essa concorrência de que se fala que tem de existir, quem tem que proporcioná-la são as rádios-táxis e os aplicativos. Assim já acontece com a 99Taxis, com a Unitáxi, entre outras, elas passam a promoção para o passageiro. Elas passam a promoção para o passageiro e ele pode escolher. Agora, o que estamos vendo aqui é que existe um aplicativo que veio e está mandando no nosso País. Tem um pessoal que está iludido com isso. A verdade é esta: estão iludidos com isso. Nós que trabalhamos no setor, que prestamos um bom serviço para a comunidade, temos a consciência de que é um serviço trabalhoso, estressante, é trânsito, pessoas xingando, passageiros estressados. Então, existem

vários jeitos de você estar contando com essa situação para que se melhore o serviço. Agora, vir um aplicativo e fazer uma bagunça dessa toda. Olha a situação que a gente está aqui, com briga, com um de um lado e outro falando mal. Olha o clima.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Vou chamar o Sr. Luiz Almeida, em seguida, o Deputado Bispo Renato Andrade fará uma saudação.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Almeida.

SR. LUIZ ALMEIDA – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Falou-se tudo a respeito de Uber e de táxi aqui nesta Câmara. Eu acho que a única coisa que posso acrescentar, ao meu ver, muita gente falou... Eu estava desempregado, sim, porém tenho um currículo internacional, já que morei seis anos fora. E nem com isso consegui arrumar uma posição, uma vaga no mercado dentro da minha área. Certo?

Então, o que a Uber fez por mim? Deu-me uma oportunidade para eu poder pagar. Eu também sou pai de família, tenho duas filhas no colégio e estava num estado ruim de trabalho, pois ninguém estava dando uma oportunidade. Vocês falam de oportunidade de trabalho, tentei ser taxista, não consegui entrar por causa dos altos valores de uma licença. Enfim, de várias coisas. E a Uber me proporcionou uma oportunidade de trabalho em que consigo manter a minha família. Eu consigo colocar meus filhos no colégio, consigo colocar comida em casa.

Com relação aos passageiros, nós também providenciamos um serviço adequado, tão profissional quanto o dos taxistas. Temos a nossa profissionalidade e somos todos capazes de proporcionar um serviço tão adequado ou melhor.

Quero só acrescentar, Sr. Presidente, que precisamos dessa oportunidade. Todos precisamos dessa oportunidade e acredito que há espaço para todo mundo, pois a diferença do cliente de um taxista e do cliente da Uber é grande. Está aí e o trabalho tem 97% de aprovação. É a população quem decide o tipo de serviço que quer. Eu sou consumir também, uso o Uber, a minha mãe usa táxi. Então, acho que tem espaço para todo mundo no mercado.

A Uber toma conta dos motoristas, sim, entendeu? Tem alguns incentivos, tem outras coisas que acontece e que a Uber dá o apoio. São vários apoios, apoio jurídico, enfim... Eu nem sei se posso falar isso aqui, mas temos o apoio da Uber, sim. Sempre tivemos, desde que entrei.

É isso. Acho que tem espaço para todo mundo, podemos trabalhar juntos. Eu conheço taxistas que estão na Uber também. Não vejo problema na aprovação de uma lei dessa. Muito obrigado. Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos ouvir a saudação do Deputado Bispo Renato Andrade. Deseja falar da tribuna?

Apenas um minuto, Deputado Bispo Renato Andrade. O companheiro que está perguntando pela Mariazinha, todos da Mesa falaram no início e todos os integrantes da Mesa falarão no final. Portanto, a Mariazinha está ouvindo tudo, está anotando e depois ela vai falar também. É assim que funciona.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.)– Boa tarde Deputado Chico Vigilante e demais componentes da Mesa, meu querido amigo, Deputado Julio Cesar, Deputado Rafael Prudente, Mariazinha, meu amigo Marcos e demais componentes da Mesa.

Eu acho que o debate é sempre importante, especialmente para que possamos ouvir os dois lados. E é nessa construção de pensamentos que esta Casa vai chegar a uma conclusão, a um consenso. É claro que, se nós olharmos apenas para os lados, o taxista é uma das profissões mais antigas que temos. A cada dia que passa novas tecnologias vão sendo apresentadas. Mas se não protegermos o que temos, podemos acabar com a profissão do taxista, como já foi dito aqui hoje. É claro que me surge uma pergunta: haverá uma limitação, caso seja aprovado por esta Casa, na quantidade de pessoas que vão usar esse aplicativo? Se não, é uma concorrência desleal. (Palmas.) É preciso que haja uma limitação, tanto quanto para as concessões de táxis.

O que nós devemos entender é que todos têm direito, sim, desde que um não sobrepuje o direito do outro, e estou falando como advogado há mais de trinta anos no Distrito Federal. Não sou contra as novidades, elas são bem-vindas, desde que haja uma construção na base do diálogo.

O Deputado Rodrigo Delmasso apresentou um anteprojeto. Até onde eu sei, há concordância dos dois lados, menos do governo. O governo é um intermediador, não pode impor o que ele quer no Distrito Federal. Tem que construir aquilo que é melhor para a população, ouvindo os interessados. O governo não é o interessado, é quem faz a intermediação daquilo que a população de fato quer.

Tenho certeza absoluta de que o Marcos Dantas, uma pessoa de consenso, que sempre defendeu a construção do consenso, vai dar uma atenção, meu querido amigo Marcos Dantas, ao anteprojeto do Deputado Rodrigo Delmasso. Pode-se chegar a um consenso, a uma construção que atenda as duas partes. Mais ainda: eu não votarei, e conclamarei os Deputados desta Casa, especialmente aqueles que são de oposição ao governo, a não votar essa questão sem que haja uma limitação do Uber, da quantidade que pode ser usado. (Palmas.)

Não estou aqui para fazer demagogia nem com taxista nem com aqueles que usam Uber, não se trata aqui de defender um lado ou outro. Primeiro entendo que isso precisa ser construído na base do diálogo. Meu querido amigo Chico Vigilante,

amigo de quase trinta anos, sei da sua luta em favor dos trabalhadores, e os dois lados são trabalhadores, mas não podemos ajudar um e prejudicar o outro.

Fui Secretário de Estado de Trabalho do Distrito Federal e sempre trabalhamos para garantir o emprego. Foi a época que mais tivemos geração de empregos aqui no Distrito Federal. Todos têm direito a entrar no mercado de trabalho, desde que não haja prejuízo nem para um lado nem para o outro.

Se o projeto estiver do jeito que está hoje, não tenho dúvida nenhuma de que votarei com os taxistas. Mas espero que haja uma construção, porque entendo que o Uber também é fundamental e necessário, desde que todos saiam ganhando.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

O Deputado Julio Cesar, relator do projeto, está me comunicando que vai ter que sair antes. Estamos caminhando para o final, mas ele tem que sair antes porque tem um compromisso inadiável e imaginou que a sessão não iria além das 19h. Apenas quero, ainda com a presença do relator, fazer um pedido ao Secretário de Mobilidade do Distrito Federal, que vai responder ao final.

Nós temos uma situação no Distrito Federal. Eu vejo hoje centenas de pessoas que destruíram a vida, embarcaram numa fria com aquela história das cooperativas de transporte. As pessoas estão endividadas, estão com nome sujo, os micro-ônibus velhos já não valem mais nada. Os bancos executam, tomam as carcaças, porque têm que tomar, mas não servem para nada. Eles não têm como renovar a frota, logo o GDF vai pegar de volta a concessão e eles vão ficar no pior dos mundos.

Portanto, compreendendo essa situação e entendendo que é preciso discutir isso muito bem, no meu ponto de vista não dá para resolver isso neste final de ano. Vou fazer um apelo ao secretário, e ele vai responder ao final, de o governo deixar a votação desse projeto para o próximo ano. Fica tramitando aqui, a gente vai discutir. Mas não tem jeito de votar este ano ainda.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar para uma breve saudação, porque S.Exa. vai ter que sair agora.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Pessoal, agradeço a todos vocês que estiveram aqui presentes. Esta reunião me ajudou muito a esclarecer algumas dúvidas que eu tinha, e com certeza vai me ajudar a fomentar minha opinião.

Eu não gostaria de dar minha opinião aqui agora, mas já estou bem convicto daquilo que vou fazer. Nos próximos dias, quando houver a reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, certamente vamos deixar nosso parecer bem explícito. Quero

dizer ao Deputado Bispo Renato Andrade, desta Casa, que uma das emendas que vou propor, pode ter certeza, será a limitação das pessoas em relação ao aplicativo Uber. No mais, no decorrer, vamos fazer nosso relatório e incluir outras coisas que percebemos que devem ser feitas.

Agradeço a todos e peço licença, pois realmente tenho um compromisso. É lá no Jardim ABC, e daqui até lá há uma distância bem grande. Agradeço ao nosso Secretário Marcos Dantas, eu fiz questão de ligar para ele pessoalmente. Ele atendeu na hora a nossa ligação, e quando eu pedi que ele estivesse aqui, Deputado Chico Vigilante, na hora ele disse: "Pode contar com minha presença, farei questão de ir e ficarei o tempo que for necessário para a gente debater essa causa".

Então, agradeço ao nosso Secretário Marcos Dantas, a toda a Mesa, à Mariazinha, ao nosso amigo do Uber, Daniel, a todos os taxistas e aos representantes do Uber. Deus os abençoe. Boa noite a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Convido a fazer uso da palavra o Sr. Antônio Jocélio da Rocha. O Jocélio está inscrito na lista dos contrários ao projeto.

SR. ANTÔNIO JOCÉLIO DA ROCHA – Agradeço a oportunidade, em nome de Jesus.

Apelo para leis, para isto aqui: Constituição. Retardar ou deixar de praticar ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal – art. 319 –, isso é prevaricação. A Lei nº 12.468 regulamenta a profissão de taxista. A Lei nº 12.587 é a lei da mobilidade urbana. Não existe lei que regulamente o transporte individual remunerado pirata no Brasil. Não existe lei, é fora de questionamento. No art. 47, é contravenção penal exercer profissão ou atividade econômica, ou anunciar que a exerce sem preencher as condições a que, por lei, está subordinado o seu exercício. Pena: prisão. No art. 301, qualquer do povo poderá, e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito. É delito. É crime. Prevaricação é crime.

Carrefour veio e se regulamentou. O traficante de drogas conseguiu se regulamentar? Ao Estado está proibido proibir? Se a Uber fosse uma empresa séria, primeiro ela se adaptaria à legislação vigente e entraria como concorrente dos mais de dez *apps* do mercado.

O Deputado Roosevelt Vilela foi embora. Isso é democracia ou demagogia? Ele já disse que aprovou o Uber. Está errado isso aí. Ele tinha que ficar aqui para ouvir as coisas, ouvir tudo. Se esta Casa respeitasse leis, bloquearia o *app* imediatamente até sua regulamentação. (Palmas.)

Encaminhei solicitação de suspensão da Uber Digital Tecnologia ao Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski:

"Antônio Jocélio vem a esta Casa pública, que representa o Poder máximo Judiciário do Brasil, requerer a suspensão, em caráter de urgência, da Uber Digital. Esta empresa desenvolve a atividade remunerada, análoga ao táxi, com veículos particulares em vários estados do Brasil sem qualquer regulamentação federal, ou seja, exerce a atividade de forma clandestina (pirataria), embora existam mais de dez *apps* disponíveis aos taxistas. Se a atividade laboral é exercida sem a regulamentação do Estado, conforme o artigo 47 do Código Penal, logo ela é ilegal. Se o Estado ou a Presidente permite a ilegalidade, logo não necessitamos de leis, muito menos do artigo 319, que trata da prevaricação do governante.

Prevaricação é crime em toda a esfera do serviço público, que deve ser realizado dentro da ordem e da ciência e obediência às leis. Existe a lei do taxista, existe a lei da mobilidade urbana. À Uber, resta concorrer com os mais de dez aplicativos existentes."

O Estado de São Paulo está fazendo...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Terminou o tempo, companheiro. (Palmas.)

Nós vamos ouvir agora o Sr. Adaías Godinho.

Cadê o Adaías? Adaías, é isso mesmo?

Depois do Adaías, nós vamos ouvir o Sr. Maurício Pereira da Silva, da Coopertaxi.

Concedo a palavra ao Sr. Adaías Godinho.

SR. ADAÍAS GODINHO – Boa noite a todos. É uma satisfação poder estar aqui com cada um de vocês. É a primeira vez que venho a esta Casa. Gente, é muito simples. Os vários companheiros falaram sobre leis que já existem etc. É um projeto de lei. Está se criando um projeto de lei.

Esta é uma casa legislativa, existe para criar leis. Nós estamos simplesmente tentando entrar na legalidade...

(Interrupção do orador fora do microfone.)

SR. ADAÍAS GODINHO – Você quer falar, amigo? Se você quiser falar...

Entrar na legalidade é importante para todos nós. O Uber ou os vários outros aplicativos estão aí para exercerem um papel importante, que é a livre concorrência.

Eu finalizo essa minha fala, dizendo que nós temos que ter a visão de que é importante, embora seja difícil, abrir-se para o que é novo. Mudanças. As pessoas têm resistência a elas, mas se nós não aceitarmos as mudanças, sofremos. Nós temos uns exemplos simples no nosso Distrito Federal que estão na área de transporte de massa. Se não aceitássemos mudanças, estaríamos até hoje com a Viplan transportando os muitos usuários naquelas bagaceiras.

As mudanças trouxeram um novo sistema de transportes que precisa de aperfeiçoamento. Se não aceitarmos mudanças, infelizmente, nós abortaremos projetos importantes de transporte, como o VLT. Nós, hoje, estamos com o VLT parado. Isso está ocorrendo porque alguém não aceitou uma mudança, e o mundo todo caminha para transportes melhores. Assim também é a proposta da Uber.

(Interrupção do orador fora do microfone.)

SR. ADAÍAS GODINHO – Você quer falar? Pode interromper?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, deixa eu falar uma coisa para vocês. Companheiros, eu já falei: ele tem três minutos. Ele vai falar, durante os três minutos, o que quiser falar. Depois, outro inscrito vai falar por três minutos e vai rebater.

SR. ADAÍAS GODINHO – Eu finalizo. Então, é preciso se abrir a novidades, a modernidades. Somos uma geração, somos uma sociedade em que os nossos filhos hoje nos ensinam como usar as máquinas mais simples. Eles nos ensinam, e a Uber contribui para isso.

Nós temos que estar abertos a esses aplicativos. Os dez citados aqui – não foram nominalmente, mas foram citados – estão facilitando o serviço de cada um dos profissionais – taxistas ou não.

Nós precisamos quebrar monopólios. Se não quebrarmos monopólios, queridos, infelizmente, sofreremos danos irreparáveis. Como exemplo, posso citar o nosso Distrito Federal. Estamos vivendo uma situação de monopólio no setor dos postos de combustíveis. A situação descoberta, que é uma causa do Deputado Chico Vigilante, redundou na proibição de vender combustíveis em mercados por causa de monopólios.

Nós precisamos quebrar monopólios também na área de transporte. A Uber não quer tirar direito de ninguém. Todos nós temos o direito de trabalhar, de alimentar os nossos filhos, de dormir, de descansar, de viver bem, porque isso é direito assegurado na Constituição Federal.

Sucesso a cada um de vocês nas vossas profissões. Há oportunidades para todos. Nós precisamos quebrar esses monopólios, para não sermos lesados como neste caso do combustível no Distrito Federal. Todos nós, motoristas do Uber e você, querido taxista, fomos lesados durante anos por causa desse monopólio dos combustíveis. Esse monopólio causou um dano grande a todos nós. É essa a minha visão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos ouvir agora o Sr. Márcio Pereira da Silva e, depois, o Felipe Mesquita.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio Pereira da Silva.

SR. MÁRCIO PEREIRA DA SILVA – Eu vou voltar um pouquinho para falar sobre o que o serviço dessa empresa está representando no mundo.

Em Nova York, são 12.800 táxis. Essa empresa levou a categoria dos taxistas à falência lá, e foi preciso os bancos se unirem a eles para tentar salvar essa categoria que não conseguia mais pagar nenhum financiamento de nada. Doze mil e oitocentos táxis foram à falência, porque a quantidade de carros dessa empresa ultrapassou a quantidade de táxis lá, numa regulamentação aberta que não tem controle, que não tem fronteiras.

Essa empresa não respeita fronteiras, não respeita lei. Na cidade do México, onde gostam de se gabar, porque lá o mercado é grande, são 57 mil táxis, e há uma regulamentação obscura, essa empresa transformou a cidade numa praça de guerra, de guerra! O secretário de mobilidade de lá está sendo agora investigado, porque os taxistas lá não conseguem mais pagar as suas contas.

Agora, essa empresa vem para o Brasil. Chegou aqui em Brasília e está trabalhando há mais de um ano. A lei que vai liberar isso ou não está aqui, sendo debatida. E por que essa empresa está trabalhando? Eu pergunto o porquê.

Nós, os taxistas, estamos aí. Todos estamos enfrentando uma crise econômica, com aumento de combustíveis. Foram três neste ano. Ano que vem, a crise vai ser pior, e essa empresa continua transportando clientes, cobrando por isso, mandando 20% lá para fora. É crise econômica. A gente precisa de recursos aqui. Essa empresa está aí, mandando 20% lá para fora, sem regulamentação, sem controle.

Eu espero que os senhores pensem, porque as leis existem para serem seguidas, é para ter um controle do serviço e da qualidade. Para isso, existe lei. Não é vir aqui dizer que o cidadão tem o direito de livre escolha. Existem leis! A gente tem livre escolha com base em leis.

Era isso. Eu agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Felipe Mesquita e, em seguida, ao Dorival Brandão.

Antes de passar a palavra, eu registro a presença do jovem Secretário do trabalho do Distrito Federal, Thiago Jarjour, que está aqui acompanhando o debate. Certamente, a opinião dele também vai ser importante na questão dos taxistas e do pessoal da Uber.

SR. FELIPE FELIZ MESQUITA – Boa tarde a todos. O meu nome é Felipe Feliz Mesquita. Eu sou agrônomo. Sou um cidadão de Brasília há pouco tempo. Moro aqui há 5 anos, porque minha esposa passou em um concurso público do Banco Central. Eu fui produtor rural em São Paulo e fali. Fui um pequeno produtor rural orgânico.

Quando eu cheguei a Brasília, deparei-me com a máfia dos postos de

combustível e fui apresentado ao Deputado Chico Vigilante. Eu o apoiei e tenho um enorme orgulho de ter votado no Deputado Chico Vigilante, de ser seu eleitor e de estar aqui hoje como cidadão para tentar participar.

Eu só vou fazer uma reclamação, Deputado Chico Vigilante, se você me permite. O consumidor foi o último a ser ouvido, quando já não estão mais aqui os Deputados, quando já não está mais a imprensa.

Nessa discussão entre duas grandes corporações, nós, que somos cidadãos, não temos essa articulação política. No setor dos combustíveis, a gente tem um cartel e é difícil articular a população, que é toda prejudicada pelo cartel. Você sabe disso. Eu trabalhei apoiando você nessa sua luta.

Agora, ocorreu a mesma coisa. Quantos representantes da população estão aqui hoje? Quase ninguém. Fica uma discussão.

Como cidadão, eu quero dizer que apoio irrestritamente os taxistas. Eles têm todo o meu apoio. Todo o meu apoio! Eu sou um usuário de táxi. Mas eu também sou usuário do Uber. Eu também sou um usuário do Uber. Eu apoio irrestritamente o Uber. Eu queria ser ouvido, Deputado. Eu acho que a maioria da população também queria ser ouvida. Eu uso Uber e eu uso táxi.

Eu já tive problema sério no Rio de Janeiro. Eu fui ameaçado de morte por um taxista, porque ele estava com o taxímetro adulterado. Eu tirei foto da placa do carro dele e quando fui levar ele falou: "se você me denunciar, eu te mato". Apesar disso, eu conheço inúmeros taxistas, pais de amigos meus, que são honestos, decentes.

Eu não vou deixar de usar táxi, mas eu também não quero ser obrigado a só usar táxi. Eu tenho dois filhos pequenos: um de dez e um de doze. Eu moro longe, no Jardim Botânico. Meus filhos estão sozinhos, e, quando estou trabalhando, eu preciso que um carro busque os meus filhos em casa e os levem até a natação ou até a aula de inglês. O que eu faço? Eu aciono o Uber, indico para ele onde é a minha casa, aparece o telefone do motorista da Uber, eu ligo para ele e falo: "Olha, você vai pegar duas crianças pequenas. Por favor, você entra na casa e conversa com elas. Lucas e Ana são os nomes dos meus filhos. Você os leva para a natação."

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Felipe, tendo em vista que da população, só você se inscreveu, eu lhe darei mais um minuto para que conclua.

SR. FELIPE MESQUITA – Eu também uso táxi. Eu cansei de pegar táxi aqui quando chove. Vou lá e uso o táxi. Então, não quero que me proíbam nem de usar táxi nem de usar o Uber. Eu quero aqui, como população, manifestar o meu restrito apoio aos taxistas e à Uber. Por favor!

Que pena que não há mais Deputados aqui, Deputado Chico Vigilante. Que pena! Só sobrou eu. Que pena que a imprensa e a grande mídia foi embora. Que pena que a população, que tem um interesse difuso, não tem o interesse das duas

corporações... Porque, infelizmente, aqui é um jogo de corporação. Eu gostaria que aqui houvesse mototaxistas na periferia, como há no Nordeste, para atender a população que não pode pagar nem táxi nem Uber. No Nordeste, paga-se 3 reais para ser levado, e aqui não tem na periferia do Distrito Federal. A gente diz que não pode. Querem ver um absurdo? Eu apoio, sim, o transporte compartilhado, aquele que antigamente a gente chamava de lotação. Por que não? Com essas cidades entupidas de carro, você não pode levar dois, três, quatro passageiros no seu carro particular. Por que não?

Então, por favor, não proíbam o consumidor de ter direito a muitas opções.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Dorival Brandão por três minutos.

SR. DORIVAL BRANDÃO – Boa tarde a todas e a todos os presentes. Eu quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante. O meu nome é Dorival, e eu trabalho na assessoria do Deputado Ricardo Vale. Eu vou tomar como minhas as palavras do Deputado Ricardo Vale em uma nota encaminhada aos trabalhadores de táxi logo que começaram as atividades do Uber no Distrito Federal.

Palavras do Deputado: "Sou filho de taxista e conheço bem a realidade desses trabalhadores. Meu pai era dono do TX 0794 e sustentou doze filhos trabalhando diariamente em seu táxi.

Avalio que o Governo do Distrito Federal precisa oferecer garantias para a melhoria do trabalho dos taxistas e não autorizar um outro serviço de transporte urbano. Essa modalidade de transporte não tem regulamentação do Estado e, por isso, é uma péssima opção aos trabalhadores e usuários, pois eles deixam de ter direitos básicos garantidos (exemplos: direitos trabalhistas e direitos de reclamação por um serviço mal prestado).

Acredito que, se o governo investisse mais na melhoria do transporte público coletivo, não estaria estimulando a desleal disputa de mercado, que vem prejudicando os taxistas. Além disso, acho que o GDF deveria pensar uma forma de compensar os trabalhadores pelo fim da tarifa bandeira 2 no mês de dezembro.

"Preocupo-me com alguns setores da sociedade que eram contra a entrada da Uber no Distrito Federal e agora estão recuando de suas posições. Eu serei contra a entrada da Uber como opção de transporte público no Distrito Federal até o fim."

Essas são palavras do Deputado Ricardo Vale. (Palmas.)

Deputado Chico Vigilante, muito obrigado pelo espaço.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dorival.

Vocês viram que estamos chegando ao final. O plenário absolutamente tranquilo. Todo mundo se respeitando, na paz, mostrando que todos são trabalhadores. Cada um expondo as duas ideias.

Eu quero registrar a presença do José Anselmo. Ele estava inscrito, mas saiu, e outro companheiro falou no lugar dele. Eu faço questão de registrar que o José Anselmo voltou. Ele só saiu para cuidar da questão de uma família que morreu. O José Silva do Nascimento está aqui de volta. Para depois alguém não dizer: "O Zé foi lá e desapareceu." Não, ele foi e voltou imediatamente.

Retornando à Mesa, vamos ouvir, em primeiro lugar, e agora por três minutos, o Sr. Daniel Mangabeira, representante da Uber. Todo integrante da Mesa vai ter três minutos para as conclusões finais. Depois terminamos a audiência.

SR. DANIEL MANGABEIRA – Obrigado, Deputado. Para as considerações finais, eu queria apenas fazer uma observação. Foi dito aqui que a Uber tinha tido acesso ao anteprojeto do Deputado Rodrigo Delmasso e que havia uma composição entre as partes. Eu queria só deixar registrado que o único projeto com o qual a gente pôde contribuir, de fato, foi o projeto fruto das discussões do grupo de trabalho do Executivo. Então, foi essa a única oportunidade que a Uber teve para contribuir, de fato. Em nenhum outro projeto a gente teve oportunidade, de fato, de colocar nosso posicionamento. Acho que é importante que isso fique claro.

No mais, eu queria, mais uma vez, agradecer esta oportunidade. É sempre muito válido provocar esse tipo de debate. Desta vez, foi um debate muito mais rico, em que a gente teve a oportunidade concedida tanto a taxista, como a trabalhadores que operam intermediados pela plataforma da Uber e a cidadãos da sociedade. Isso é extremamente válido e talvez sirva de tônica para o futuro.

Deixo aqui, mais uma vez, registrada a mensagem: a gente acredita, de fato, que essa discussão deve ser entabulada olhando para o futuro. Nada de se olhar para o retrovisor. O nosso contexto cultural é diferente. Há tecnologias, e isso é um fato social que deve ser encarado pelo Poder Público. A gente gostaria de participar desse debate e seguir discutindo.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos passar a palavra agora, por três minutos, à Presidenta do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal, Sra. Maria do Bonfim.

SRA. MARIA DO BONFIM PEREIRA SANTANA – Gente, a nossa luta é em prol de quê? De que se respeitem as leis brasileiras. Estão aqui os companheiros que trabalham, lutam e respeitam as leis brasileiras. O senhor, Deputado Chico Vigilante, está de parabéns, porque o sindicato vem pedindo para se sentar junto com as autoridades. Tivemos uma reunião na Casa Civil, no dia 10, e apresentamos a proposta do carro executivo. Por quê? Porque nós já temos carro executivo. Ao contrário, houve essa reunião, ficaram de chamar o sindicato para uma nova reunião depois, mas isso não aconteceu.

A outra situação que nós apresentamos também foi a de carros da mesma cor dos da Uber. Os pretos que estão aí têm que sair agora, dia 31 de dezembro. Muitos deles estão aqui com a prestação para ser paga e têm que tirar o carro. Por quê? É da cor escura. Jogaram uma faixa em cima de nós, bandeiraram nosso carro e não aceitaram o diálogo com o sindicato, com a categoria para que hoje não passássemos pelo que estamos passando aqui, hoje. Só criticaram o serviço, mas não deram oportunidade. Queremos uma ouvidoria, para que o passageiro também se manifeste. Nunca fomos ouvidos.

Por último, veio o caso da bandeira 2. Vocês estão aí sufocados. Fiz dois pedidos de bandeira 2. Está no Ministério Público. Mas o que nós queremos? Queremos que haja um repasse das perdas salarias correspondente ao que foi bandeira 2, já que não pode. Dizem que o Ministério Público não aceita. Vamos dar as perdas salariais. A gasolina já aumentou tanto, o pneu aumentou, o carro aumentou, e nós estamos sem ter essa tarifa. Estamos jogados debaixo de duas tendas, sem um ponto de apoio, sem energia, sem nada e nós estamos aqui nesse sofrimento. O governo não tem sentado com o sindicato, com a classe para debater os nossos problemas, e estamos sendo maltratados.

Surgiu concorrente. Agora vamos olhar só o concorrente? Não, vamos olhar para a nossa categoria. Nós estamos aqui. Há motoristas que já migraram para a Uber. Por quê? Está ruim. Nós queremos é um diálogo com o governo. Venham! Sentem com a classe! Vamos ouvir, vamos debater!

É isso, Deputado. Muito obrigado ao senhor, ao secretário e a todos vocês por estarem aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, nossa amiga, nossa companheira Mariazinha.

Concedo a palavra, para uma saudação breve, ao Secretário Adjunto do Trabalho, Thiago Jarjour.

SR. THIAGO JARJOUR – Boa tarde a todos. Parabenizo V.Exa., Deputado Chico Vigilante, pela iniciativa.

Quero dizer que estou aqui como Secretário Adjunto do Trabalho, mas, à época, fui um dos coordenadores da comissão que construiu, dentro do Executivo, a lei que tenta regulamentar os aplicativos de transporte individual – eu e meu colega André Dutra, que é lotado na Secretaria de Mobilidade.

Quero dizer à Mariazinha que a lei foi construída de forma participativa. Todos foram ouvidos. Vocês tiveram o direito de ser ouvidos, todos os sindicatos que se apresentaram lá. O Uber foi ouvido. Os aplicativos de táxis foram ouvidos. A lei foi construída de uma maneira participativa e democrática e será enviada a esta Casa de Leis para a apreciação dos Parlamentares que aqui estão. Então, só dando uma

resposta: todos foram ouvidos, sim. A proposta que vocês fizeram foi considerada, nós construímos a lei e a enviaremos, para que os Deputados possam apreciá-la.

Quero dizer o seguinte: na minha opinião e na opinião da Secretaria do Trabalho, todos os senhores são trabalhadores empreendedores. Todos os senhores têm o direito de gerar o seu próprio emprego e sua própria renda. Então, todos têm o direito de trabalhar. Não acredito que o Estado deva cercear ou restringir uma inovação tecnológica que vem para facilitar a vida do cidadão. Ele não deve. (Palmas.) A tecnologia está aí e ela não vai retroceder. O que for para facilitar a vida do cidadão virá. Todo cidadão tem o direito de decidir pelo serviço que melhor lhe atenda. Todo cidadão tem o direito de escolher o serviço que melhor lhe atenda. Ficam aqui as minhas considerações.

(Manifestação da galeria.)

SR. THIAGO JARJOUR – Eu não vim aqui para bater boca. Eu não vim aqui para bater boca.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Pessoal, o Secretário está fazendo a saudação dele. Ele tem os três minutos para falar.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ouviu, companheiro? Depois o Secretário de Mobilidade vai falar e, os Deputados, vamos decidir depois, no dia em que o projeto vier para votação no plenário.

Secretário, pode concluir.

SR. THIAGO JARJOUR – Eu queria só agradecer e dizer que a Secretaria Adjunta do Trabalho e do Empreendedorismo está de portas abertas para os taxistas, para quem quer que seja empreendedor.

Ficam aqui as minhas considerações e meu agradecimento pela fala, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Vamos ouvir agora, por três minutos, para suas considerações finais, o Secretário Marcos Dantas.

SR. MARCOS DANTAS – Nas considerações finais, eu queria agradecer à Câmara Legislativa, na pessoa do ilustre Deputado Chico Vigilante; à comissão; a todos os Parlamentares que aqui vieram trazer a sua mensagem; aos taxistas; aos trabalhadores do Uber; à população e a todos os que estão presentes. Saio daqui convicto de que estamos no debate certo. Isso aqui não é uma arena, como já foi dito. Acho que temos de encontrar a melhor proposição para atender a nossa população, como eu disse anteriormente. Há espaço para todos, não é isso? Tem que saber usar isso. Como Estado, estamos enfrentando o problema. A nossa missão, nós estamos fazendo, estamos desenvolvendo. Falou-se aqui muito em

legalidade, e nós estamos justamente, nesse debate, para poder acabar com a ilegalidade, para o Estado, de fato, poder fiscalizar. Essa é uma das questões.

Eu queria dizer muita coisa, mas, como consideração final, quero agradecer muito e dizer à Mariazinha e ao Deputado Rafael Prudente, que colocou a demanda da bandeira 2, que, infelizmente, houve uma decisão do Tribunal de Justiça, provocada pelo Ministério Público, que proíbe a bandeira 2. Podem me dizer: em outros estados, isso não está acontecendo. Não está mesmo, não, mas aqui foi proibido pela Justiça numa ação de inconstitucionalidade da Lei nº 5.323, nas alíneas que preveem a corrida para o aeroporto, corrida no mês de dezembro e as placas indicativas de bandeira 2. Mas a gente está empreendendo um estudo a partir da demanda das diversas organizações dos taxistas. A gente terminou esse estudo e estamos encaminhando-o para a governança para avaliar a possibilidade de reajustar a tarifa. Está sendo estudado isso.

Eu quero dizer que estou há pouco tempo no cargo, mas já estive com a Mariazinha, pelo menos, duas vezes e também com uma gama de representantes da categoria.

Para concluir, quero dizer que é importante que a gente continue esse debate. Para tanto, eu concordo plenamente, Deputado Chico Vigilante, que o açodamento não constrói uma boa norma. Eu acho que é a oportunidade de a gente continuar debatendo. A Casa tem todo o tempo para fazê-lo. Estamos à disposição de ambos os setores para poder continuar esse diálogo, esse debate. Não vai ser com radicalismo, não vai ser com embate, que alguns pretendem. Eu vou repetir: acho que a gente pode construir um consenso, e o debate, o diálogo permite isso. Nós estamos em uma sociedade civilizada, e essa construção tem que ser feita com o diálogo e o debate. A Casa de Leis é a caixa de ressonância, ela é que tem que mediar isso também.

Portanto, o governo fez o seu papel, enviou essa proposta para cá. Vou repetir mais uma vez: não adianta querer esconder o problema; ele está aí, e nós precisamos resolvê-lo.

Fica aqui o meu agradecimento à minha equipe, que está aqui: o André, a Carolina, meu Subsecretário, Roberto Pojo. Quero agradecer, sobretudo, a paciência de vocês. É disso que a gente precisa. A gente precisa ter a franqueza do diálogo, do debate e buscar o entendimento.

Muito obrigado ao Deputado Chico Vigilante e a esta Casa legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Secretário Marcos Dantas.

Pessoal, antes do encerramento, eu também vou dirigir algumas palavras a vocês. Eu conheço como ninguém a situação dos taxistas do Distrito Federal e, por consequência, da maioria dos trabalhadores.

Quando eu vim embora para Brasília, em 1977, vim com uma família lá do Maranhão, do Francisco Antônio de Mesquita. Ele se tornou vigilante e, em seguida, se tornou taxista. Ele dirigia um fusquinha e, quando saiu o primeiro carro da Fiat, aquele Elba, ele comprou um Elba branco novo.

Naquele tempo, ainda não havia o Estado do Tocantins, ainda era Goiás. Ele fez uma corrida daqui para Araguaína. Eu acho que ele deveria ter desconfiado, porque o preço da corrida era maior do que ir de avião, mas o cara pegou. E, quando ele chegou a 50 quilômetros de Gurupi, a 5 quilômetros de Aliança do Norte – ainda hoje há a placa –, às 5h da manhã, esse elemento o matou. Ele foi sepultado como indigente lá no cemitério de Gurupi. Eu prometi para a mãe dele que nós iríamos lá para trazê-lo. E nós fomos lá. Lembro-me bem de que havia o Bem-te-Vi, que era um taxista – nem sei se ele está vivo ainda – e um outro, bem fortão. Nós chegamos lá, Marcão, e deu o maior trabalho, porque o delegado não liberava. E ele estava com a razão, porque, quando a pessoa é enterrada, só pode ser desenterrada com três anos – ou cinco anos, não sei.

Ele tinha uma comadre que era copeira do Ulysses Guimarães, e o Ulysses Guimarães, naquele tempo, podia muito. Ela estava chorando lá na copa e disse que o compadre dela tinha morrido, tinha sido sepultado como indigente. Tinha acabado de tomar posse o Governador Iris Rezende. O Ulysses falou com o Iris, e o Iris mandou que o Secretário de Segurança autorizasse a exumação. Só que ele não mandou ninguém para fazer. E o Delegado chegou para a gente e disse: "Olha, eu recebi uma ordem, eu não tenho ninguém para fazer, vocês se dispõem a fazer?" Eu falei: "A gente faz".

E nós fizemos: desenterramos o corpo, oito dias depois de sepultado, e trouxemos. Botamos em um reboque. Foi até a Brasal que emprestou, na época, um reboque para a gente. Nós trouxemos o corpo. É claro que, na hora em que nós desenterramos, ele não estava muito cheiroso, mas nós fizemos o serviço. Porque a gente tinha assumido a palavra de que ele não ia ficar lá como indigente. Trouxemos e demos um sepultamento digno a ele no Cemitério de Taguatinga.

Antes, porém, passamos em todos os pontos onde ele tinha trabalhado, protestando contra a violência, já naquele tempo. Passamos na 302 Norte, onde ele fazia ponto; passamos no aeroporto; passamos na porta do Governador José Aparecido, em Águas Claras; passamos no sindicato; passamos na porta da casa dele. E sepultamos o corpo dele em Taguatinga. Essa é a vida dos taxistas.

Sei da dificuldade, também, de vocês do Uber, porque vocês estão em um projeto que, se não for regulamentado, a gente não sabe que futuro vai ter. Portanto, precisa ser regulamentado.

Vocês precisam conversar com as pessoas que embarcaram em uma aventura chamada Cooperativa de Transportes, iludidas pelo Sr. Fraga e pelo Arruda. As pessoas pegaram suas casas. Tem gente, Marcão, que vendeu casa. Tem gente

que tomou empréstimo dos bancos. Os que compraram do BRB estão todos ferrados, porque aquela de Planaltina já quebrou.

É preciso ficar claro que o BRB não é do governo. O BRB é uma empresa que tem ações do Governo do Distrito Federal, mas ele é gerido por leis próprias, pelo Banco Central. Portanto, nem o Governador Rodrigo Rollemberg, nem o Agnelo, nem quem quer que seja pode mandar fazer um empréstimo que coloque o banco em risco. E fizeram.

O banco, agora, toma as carcaças, porque os ônibus foram se deteriorando, as pessoas não davam contam de repor as peças, e foram canibalizando, matando os ônibus para tirar peças e botar em outros. Foram matando, até o último que foi morto, o último ônibus velho. Está lascada a pessoa. Desculpe a expressão. Está ferrada, devendo.

Fala-se da questão da tecnologia. Tecnologia é muito importante, mas é importante saber também que, antes dela, a gente está lidando com gente, com seres humanos, com pais e mães de família.

Eu sei de histórias de taxistas. Eu tenho um amigo – vocês devem conhecer – lá de Samambaia, o Argemiro, que formou duas filhas morando dentro do táxi. Morava dentro do táxi, ali no ponto da Rodoferroviária. Vocês devem conhecer a história dele. As meninas estão bem encaminhadas na vida, e ele lá, morando dentro do táxi. Uma é professora e a outra é jornalista.

Eu estava, Marcão, conversando ontem com um taxista. Desculpem, porque eu vou revelar aqui para vocês o que ele me disse, e ninguém vai ficar envergonhado com o que estou dizendo. A situação que o pessoal está vivendo hoje no aeroporto é desumana, porque foram colocados uns banheiros, alugados pelo sindicato. O pessoal tem que ficar 24 horas no aeroporto, senão não sobrevive.

Quem comprou o táxi também paga prestação, tem os filhos em casa. Eu comparo muito filho de trabalhador com filho de passarinho, que fica esperando que a mãe ou o pai chegue com a comida para botar no bico dele. Ele fica lá de bico aberto. É a mesma coisa filho de taxista e filho de vigilante. A diferença nossa – do vigilante, do operário da construção civil, do comerciário – é que nós temos uma carteira assinada. A gente sabe o tanto que vai receber e gasta aquele tanto. Vocês não têm nada, não têm horário, não têm nada.

O Odonel me falava das pessoas de mais idade, lá. É normal a pessoa de mais idade ser mais vergonhosa. Como está tomando banho todo mudo junto, os de mais idade estão tomando banho de cueca porque têm vergonha de ficar pelados junto dos outros. Imaginem a humilhação que as pessoas estão passando.

Eu queria dizer para vocês que eu parto do princípio de que não quero saber o culpado, eu quero encontrar solução. (Palmas.) E eu conversei com o Marcão. Aquilo foi um erro da concessão feita pela Infraero para a Inframérica: não ter

resolvido antes a questão de onde os taxistas iriam ficar. Os taxistas agora, Marcão, não têm onde ficar. E eu já lhe convidei, nós vamos lá, qualquer dia, de surpresa. O secretário irá comigo, nós vamos lá, e ele vai ser muito bem tratado por vocês, porque nós vamos para encontrar uma solução para esta situação desumana que vocês estão vivendo.

A situação dos taxistas no Aeroporto de Brasília é diferente de qualquer aeroporto do mundo. Imaginem as mulheres. Eu sei de taxista, Marcão, que está tendo que urinar atrás de uma moita. Como é que uma mulher vai urinar atrás de uma moita? Estou sabendo de taxista, Marcão, que vai para o aeroporto para usar o banheiro de lá. Eu fiquei imaginando: se o cabra for diabético como eu sou, como é que ele vai toda hora no aeroporto? Ele vai perder as corridas dele.

Portanto, nós vamos lá. Marcão, conhecendo você como eu conheço, conhecendo o compromisso social que você tem, eu sei que nós vamos encontrar uma solução para essa desumanidade que os taxistas estão vivendo. Nós iremos lá para isso. Não pode ficar do jeito que está.

Eu fico imaginando: depois querem que o taxista atenda de bom humor. Como é que eu vou atender de bom humor se eu não tenho nem onde fazer a minha necessidade fisiológica? Como é que eu vou atender de bom humor se eu estou comprando uma marmita muitas vezes azeda? Ele não dá conta de comprar no aeroporto, porque lá é caro demais.

Uma vez, eu cheguei ali naquele aeroporto e fui fazer um lanche. Eu pedi um pão de queijo – não sou mineiro, mas gosto de pão de queijo –, pedi uma saladinha de frutas – eram três pedaços de fruta – e um pingado. Quando disseram o preço, 25 reais, eu gritei: "Estou sendo assaltado!" Gritei bem alto: "Estão me assaltando!" "Estão te assaltando?" "Estão, a lanchonete acabou de me assaltar." Essa é a realidade do aeroporto de Brasília.

Todo mundo fala da privatização, que é boa e tal, mas depois não falam das consequências para o mais humilde. Como a gente não pode levar um... Antigamente, quando eu vim do Maranhão, a gente trazia a latinha de frito. Dentro do ônibus. Frito. Minha mãe mesmo pegou lá uma galinha caipira, fez um frito e eu comi na estrada toda. E é bom. Para quem não comeu frito ainda, é bom. Não é? Vocês não podem andar com saco de frito. Vocês não podem andar com um banheiro nas costas.

E há um problema mais, Marcão. Eu estou levantando os problemas para você. O Marcão assumiu essa secretaria agora e tenho certeza de que ele vai ajudar a resolver.

Com todo o respeito que tenho pelos auditores, foi feito concurso público, foram contratados, mas não sei por que diabos eles só olham para os taxistas. Temos as empresas de ônibus para fiscalizar e eles não vão; passo ali entre a

Comercial Norte de Taguatinga com ligação para Ceilândia e está tudo tomado por piratas, mas só taxista é vistoriado.

Marcão, sei que você vai mudar essas coisas. É preciso que dentro da secretaria – isso é uma coisa que venho defendendo há muito tempo – tenha alguém com capacidade e que conheça efetivamente a categoria dos taxistas – você não pode fazer todos os dias, mas um subordinado seu pode – para dialogar diretamente com eles, tratando-os como nos trata. Só querem respeito. Portanto, esta comissão geral também foi para isso. E tenho certeza de que, com a sua sensibilidade, vamos chegar a um entendimento que contemple todos para esse projeto.

Eu lembro que, Mariazinha, quando foi discutido aqui o primeiro anteprojeto dessa lei dos taxistas que está em vigor, foi um Deus nos acuda, era uma briga... Até que um dia cheguei para o José Walter e pedi para ele ter paciência que um dia iríamos chegar lá. E chegamos em uma boa lei, não chegamos?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos pegar as questões mais importantes, Mariazinha, e você tem o meu compromisso para ajudar a resolver. Não sou de pegar as coisas e deixar pelo meio do caminho. Também não falo por falar. Este é o nosso compromisso.

Quero registrar uma mensagem do Deputado Robério Negreiros, parabenizando pela iniciativa, a qual agradecemos.

Neste momento, encerro a comissão geral e retorno à sessão deliberativa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Quero retificar a leitura das atas:

– Ata sucinta da 110ª sessão ordinária;

– Ata sucinta da 109ª sessão ordinária;

– Ata sucinta da 108ª sessão ordinária, realizada em Santa Maria.

Quero agradecer a presença de todas e todos que estiveram aqui, das autoridades, de vocês, companheiros do Uber e companheiros taxistas, que são os mais importantes, e das taxistas femininas, mulheres corajosas. Quando eu vejo uma mulher dirigindo um táxi ou um trator – já vi tratorista –, fico feliz em ver que as mulheres realmente estão galgando seu espaço.

Agradeço a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e demais convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta comissão geral bem como a sessão deliberativa.

(Levanta-se a sessão às 19h05min.)